



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO – SEDE DELMIRO GOUVEIA

MARIA SUZIELLE CRISTINA DA SILVA ALVES

**AS REFORMAS POMBALINAS NO BRASIL E A IDEIA DE MODERNIZAÇÃO
ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO NO SÉCULO XVIII**

DELMIRO GOUVEIA-AL

2019

MARIA SUZIELLE CRISTINA DA SILVA

**AS REFORMAS POMBALINAS NO BRASIL E A IDEIA DE MODERNIZAÇÃO
ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO NO SÉCULO XVIII**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito para obtenção da Graduação no
Curso de Licenciatura em Pedagogia da
Universidade Federal de Alagoas – Campus do
Sertão em Delmiro Gouveia.
Orientadora: Carla Taciane Figueiredo

DELMIRO GOUVEIA-AL

2019

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca do Campus Sertão
Sede Delmiro Gouveia

Bibliotecária responsável: Renata Oliveira de Souza – CRB-4/2209

A474r Alves, Maria Suzielle Cristina da Silva

As reformas pombalinas no Brasil e a ideia de modernização da educação no século XVIII / Maria Suzielle Cristina da Silva. – 2019. 51 f.

Orientação: Profa. Dra. Carla Taciane Figueiredo.
Monografia (Pedagogia) – Universidade Federal de Alagoas.
Curso de Pedagogia. Delmiro Gouveia, 2019.

1. Educação. 2. Modernização. 3. Reforma educacional. 4. Pombal, Sebastião José de Carvalho e Mello, Marquês de, 1699-1782
5. Século XVIII. I. Título.

CDU: 37.01



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE ALAGOAS

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
COORDENADORIA DE GRADUAÇÃO - COGRAD

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

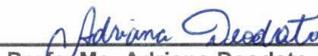
Ao dia **vinte e sete** do mês de **agosto** do ano de **dois mil e dezenove**, às **14h (quatorze horas)**, sob a presidência do(a) professor(a) **Carla Taciane Figueiredo** em sessão pública nas dependências da UFAL, Campus do Sertão, situada à Rodovia AL 145, Km 3, nº 3849, Bairro Cidade Universitária - Delmiro Gouveia-AL, reuniu-se a Banca Examinadora de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado "**As Reformas Pombalinas no Brasil e a Ideia de Modernização através da Educação no século XVIII**", do(a) aluno(a) **Maria Suzielle Cristina da Silva Alves** sob matrícula **34112403**, requisito obrigatório para conclusão do Curso de Pedagogia – Licenciatura, assim constituída: **Profa. Dra. Carla Taciane Figueiredo** (orientador/a), **Profa. Ma. Adriana Deodato**, **Ma. Rita Martins da Silva**. Iniciados os trabalhos, foi dado a cada examinador(a) um período máximo de 30 (trinta) minutos para a arguição do(a) candidato(a). Terminada a defesa do trabalho, procedeu-se o julgamento final. Apuradas as notas, o(a) candidato(a) foi considerado(a) APROVADA com média geral 9,0 (NOVE). Na oportunidade o(a) candidato(a) foi notificado(a) do Artigo 19 da Resolução no.4, de 9 de outubro de 2018, resolução interna ao curso de pedagogia, que estabelece prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a partir desta data, para entregar à Coordenação do Curso, devidamente protocolada, a versão definitiva do trabalho defendido em meio digital (CD-ROM) com as correções sugeridas pela banca. Nesta ocasião a presente ata (original) assinada também deve ser entregue à Coordenação. Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram encerrados para a lavratura da presente ata, que depois de lida foi assinada por todos os membros da Banca Examinadora.

Delmiro Gouveia-AL, **27 de agosto de 2019**.

Orientador(a)


Profa. Dra. Carla Taciane Figueiredo

1º Examinador(a)


Profa. Ma. Adriana Deodato

2º Examinador(a)


Ma. Rita Martins da Silva

À todos os meus professores que me incentivaram a ser uma excelente
profissional acima de todos os obstáculos e aos meus familiares
especialmente meus avós maternos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente à Deus criador e senhor da minha vida.

À minha avó que sempre faz o possível para que eu nunca desista dos meus objetivos, agradeço eternamente suas orações ao meu favor. Ela também que sempre me acordava cedo e me dava aquele apoio moral e cuidava do meu filho enquanto eu estudava.

Ao meu avô materno que não tenho palavras para descrever o meu agradecimento, por todos os dias que deixou seus serviços de lado para me levar até o campus porque não tinha carro certo, e faria tudo que estivesse ao seu alcance para me ajudar a concluir essa graduação.

Aos meus professores que sempre contribuíram significativamente para a minha formação enquanto profissional e para a vida também.

Ao PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) o qual tive a oportunidade de participar logo no início do curso e que foi de imensa importância para minha formação e experiência em relação à Educação Infantil, na cidade de Pariconha-AL, em pude conviver com profissionais excelentes como as professoras e a nossa supervisora e sobretudo às crianças pelas inesquecíveis experiências vividas.

Aos meus colegas de sala companheiros de todas as manhãs, mesmo cada um com suas singularidades uns ajudando os outros sempre, no companheirismo, experiências compartilhadas, dificuldades encontradas e que eram superadas com a ajuda mútua da turma em geral. Lembrando que nossa turma 2013.1 teve poucas desistências de discentes ao longo do curso e isso só afirma o quanto somos persistentes e não desistimos facilmente dos nossos objetivos.

E agradeço a minha querida orientadora Carla Taciane Figueiredo que aceitou me ajudar quando quase acreditei que não conseguiria mais um professor para me orientar e mesmo com pouco tempo me ajudou imensamente para a conclusão da monografia.

Em fim agradeço a Deus pela graça de me orientar sempre nos meus passos e concluir essa graduação e que seja um primeiro passo para minha vida profissional.

RESUMO

A pesquisa em tela analisa a tentativa de modernização no sistema educacional do reino de Portugal no século XVIII por meio da instrução pública que até então era considerada atrasada e precisava aderir as ideias iluministas que estavam explodindo na Europa e em todo o mundo através da tentativa de modernização. Diante dessa premissa essa pesquisa buscou analisar a ideia de modernização presente nas reformas educacionais do período (1759 à 1787); também compreender o sentido da “modernidade” ou “modernização” no contexto do século XVIII discutindo as reformas pombalinas e o seu impacto para a educação do reino e sua maior colônia o Brasil. O presente estudo é uma abordagem qualitativa de caráter exploratório com o intuito de analisar e confrontar as ideias de alguns autores à respeito do assunto abordado sendo essa uma pesquisa bibliográfica que é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. O fio condutor teórico que subsidiou essa pesquisa foi Gil (1946), Casassus (1993), Castilho (2010), Teixeira e Soares (1961), Carvalho (1987), Saviani (2011), Giddens (1990), entre outros. A escolha desses teóricos foi feita com base na necessidade de diálogo entre as temáticas deste estudo: iluminismo, modernidade, modernização, reformas, instrução pública. Como instrumentos para coleta de dados foram realizadas diversas leituras de livros e artigos relacionados ao tema abordado. Este estudo busca contribuir para o aprofundamento da história da educação no Brasil desde que era colônia do reino de Portugal. Para que essa modernização pudesse acontecer foi preciso a coragem e determinação através de experiências adquiridas em suas viagens pela Europa, de Sebastião José de Carvalho e Mello nomeado pelo rei D. João V¹ como Primeiro ministro Marquês de Pombal que implantou suas reformas educacionais no Brasil oitocentista com a expulsão dos jesuítas³ em uma tentativa de manter o absolutismo real do rei Dom J. V para então retirar Portugal das dependências da Inglaterra através da reforma da educação que seria o primeiro passo e o mais importante. Com a análise em curso historicamente foi perceptível que o ministro Marquês de Pombal expulsou os jesuítas que eram responsáveis pela educação da mocidade até 1759 quando iniciou-se o processo de mudanças, reformou os estudos maiores e menores e criou as aulas régias, aulas que serviam ao rei e não mais a igreja com os jesuítas, mantendo o absolutismo real. Foram realizadas uma série de mudanças como: a forma de organização das aulas, os exames para contratação dos professores que atuariam nessas aulas, a indicação do diretor de estudos que era responsável pela fiscalização das aulas e o funcionamento dos estudos. Todos esses aparatos tiveram influência daí por diante na instrução pública do Brasil durante décadas seguintes, isso sem levar em consideração as questões locais em que cada aula foi instalada e a cultura daquele povo, o que causou de início um retrocesso para a educação deste reino.

Palavras chave: Modernidade, Modernização, Marquês de Pombal, Reforma educacional.

1

¹ Monarca português, vigésimo quarto rei de Portugal, seu reinado durou de 1707 até a sua morte em 1750. Foi um dos mais longos da história portuguesa.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 O SENTIDO DA MODERNIDADE E A MODERNIZAÇÃO NO CONTEXTO DO SÉCULO XVIII EM PORTUGAL	10
2.1 COMPREENDENDO O ILUMINISMO E SUAS TRANSFORMAÇÕES	19
3 O PAPEL DO MARQUÊS DE POMBAL ENQUANTO MEDIADOR DA REFORMA EDUCACIONAL PORTUGUESA	20
3.1 A REFORMA DOS ESTUDOS MAIORES NA UNIVERSIDADE DE COIMBRA.....	28
4 AS REFORMAS POMBALINAS E O SEU IMPACTO PARA A EDUCAÇÃO NO REINO E SUA MAIOR COLÔNIA O BRASIL	30
4.1 OS DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DAS AULAS RÉGIAS NO BRASIL.....	33
5 CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS ENTRE OS ESTRANGEIRADOS QUE SUBSIDIARAM AS REFORMAS POMBALINAS.....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43

1 INTRODUÇÃO

Para compreendermos as transformações ocorridas na Europa e em Portugal especificamente no âmbito educacional no século XVIII é preciso fazer um resgate histórico sobre as condições e os meios em que se dava a educação da mocidade do período em análise, neste caso a partir do ano 1759 com o advento do século das luzes² ou iluminismo através da “modernidade” ou “modernização”, resultando em um novo modo de se pensar e enxergar o mundo, agora não mais com uma visão religiosa de que Deus está no comando de tudo e que deveriam seguir o que pede a igreja enquanto mediadora da educação da mocidade.

A partir de um artigo elaborado na disciplina de Currículo no 4º período do curso de pedagogia, intitulado de “as reformas pombalinas no Brasil oitocentista”, surgiu a necessidade de compreender como se deu o processo de implementação das Aulas régias³ no Brasil no século XVIII e aperfeiçoando a pesquisa surge a necessidade de analisar a tentativa de modernização através das reformas da educação. O presente estudo traz uma importante relevância histórica e cultural sobre as transformações ocorridas na educação do Brasil ao longo dos anos fazendo esse recorte histórico de 1759 a 1787, com as reformas pombalinas. É de importante relevância para o curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas Campus do Sertão pelo fato de existirem poucos trabalhos acadêmicos na biblioteca do Campus acerca do tema proposto e isso vem a incentivar pesquisas futuras à respeito da história da educação Brasileira pelo viés reformista Pombalino do século XVIII.

Conforme algumas leituras – Castilho (2010), Casassus (1993), Montero (1989), Giddens (1991) sobre modernidade e modernização verificamos a necessidade de fazer um resgate histórico do surgimento da ideia de modernidade e sua aplicação no reino Português que através de iniciativas de alguns intelectuais que pertenciam ao reino português mas que residiam fora do reino e estudavam para desenvolver formas novas de se promover a educação da mocidade, estes acreditavam ser a educação o principal veículo para a introdução da modernidade em Portugal. Diante dessa modernidade que chegou para revolucionar a forma de convivência e o agir do povo e que deu origem a várias questões que precisariam ser implementadas com reformas profundas nos âmbitos políticos, econômicos, sociais e educacionais. Essas reformas foram implementadas por Sebastião José de Carvalho e Mello,

² Termo utilizado para descrever as tendências do pensamento e da literatura na Europa. Intelectuais e escritores do período, estavam convencidos de que emergiam de séculos de obscurantismo e ignorância para uma nova era, iluminada pela razão, a ciência e o respeito à humanidade.

³ Aulas que serviam ao rei e não mais à igreja

quando foi nomeado marquês de Pombal. Para tanto precisamos entender quais eram as ideias do marquês para introduzir Portugal nesse novo mundo moderno através da educação. Para isto, foram estabelecidos objetivos visando encontrar uma resposta plausível a este questionamento: a) qual o sentido da modernidade no século XVIII? b) qual o papel do Marquês de Pombal enquanto mediador da História educacional Portuguesa? c) qual o impacto causado pelas reformas pombalinas na educação do reino de Portugal e sua maior colônia, o Brasil?

Este trabalho está estruturado em quatro capítulos sendo eles: O primeiro capítulo “O sentido da modernidade e a modernização no contexto do século XVIII em Portugal”, em que abordamos a questão da modernização no Portugal oitocentista em meados do século XVIII (1759-1787), com relação ao iluminismo e as reformas empreendidas pelo marquês de Pombal no âmbito educacional. Serão analisados neste capítulo o processo de introdução do iluminismo em Portugal com a difusão das ideias iluministas e a chegada da modernidade resultando na modernização das relações sociais no reino e suas colônias e os influenciadores das reformas que ocasionaram o desmantelamento de uma estrutura educacional baseada em princípios cristãos que se dava através do ensino jesuítico, com a expulsão dos jesuítas de todo o reino de Portugal.

No segundo capítulo procuramos Investigar o papel do Marquês de Pombal enquanto mediador da reforma educacional Portuguesa”, buscamos entender o papel da figura de Sebastião José de Carvalho e Mello enquanto mediador da História da educação em Portugal e suas colônias aplicando seus conhecimentos adquiridos durante suas viagens pela Europa. Em suas passagens pelos países que mantinham poder e influência sobre Portugal, Pombal conheceu o despotismo esclarecido de D. Maria Tereza⁴ e introduzindo-os já iniciava seu plano de implantar reformas no reino de Portugal, pois visava o cargo de Primeiro Ministro do rei. Assim com o advento em 1759 da morte de D. João V. e a nomeação de seu sucessor D. José I. Sebastião foi então nomeado primeiro ministro e tornou-se Marquês de Pombal. Era uma figura de grande valor e a medida que ordenava algo com seus alvarás, repudiava qualquer tentativa de reclusão às suas ordens. Diante dessas premissas seu papel enquanto reformador foi de extrema importância para o avanço da modernidade educacional no reino de Portugal.

E no terceiro capítulo analisamos, “As reformas pombalinas e o seu impacto para a educação do reino e sua maior colônia o Brasil”, discutimos o processo em que as reformas educacionais se iniciaram que foi a partir da expulsão dos jesuítas de todo o reino Português.

⁴ Foi, resumidamente, quando alguns monarcas absolutistas, mesmo quando de forma centralizada, adotaram algumas ideias iluministas. Os déspotas, considerados esclarecidos, contribuíram para o desenvolvimento cultural de suas nações.

Pombal então reformou os estudos maiores e menores, reforçou os estudos na Universidade de Coimbra, criou as aulas de primeiras letras, ensino menor e ensino maior, acrescentou algumas cadeiras para as aulas, criou as aulas régias, instituiu o subsídio literário e uma série de outras reformas na educação do reino e suas colônias. Entretanto, para compreender o processo de implementação das reformas educacionais no Brasil, é preciso resgatar um pouco da História, identificando os atores envolvidos no processo para entendermos até que ponto as reformas de fato conseguiram se consolidar e os rastros que continuaram nas décadas seguintes. No quarto capítulo discutimos os contrapontos entre alguns autores que embasaram as reformas criadas pelo Marquês de Pombal.

2 O SENTIDO DA MODERNIDADE E A MODERNIZAÇÃO NO CONTEXTO DO SÉCULO XVIII EM PORTUGAL

Para compreendermos o processo de modernização em Portugal devemos fazer um resgate histórico da aquisição do iluminismo pelos governantes naquele período sendo o responsável por essa modernização das relações sociais daí por diante pois como afirma Kant,

O iluminismo é a saída do homem da sua menoridade, pela qual ele é responsável. Menoridade, isto é, incapacidade de servir-se do próprio entendimento sem a orientação de outrem, menoridade pela qual ele é o responsável porque a causa dessa incapacidade não está numa deficiência de seu entendimento, e sim na falta de divisão e de coragem para dele servir-se sem a direção de outrem. Sapere aude! Tem coragem de servir-te do teu próprio entendimento! Eis a divisa das 'luzes. (EMANUEL KANT, 1784 apud NETO, s/d, p.1).

Essa coragem de servir-se do seu próprio entendimento trouxe para o homem uma ilustração em forma de razão que substituiria a religião que era uma base poderosa sobre os súditos, sendo agora capazes de buscar suas melhorias para viver em uma sociedade em constante mudança, isto porque,

Aproximadamente desde os meados do século XVIII o conceito de ILUSTRAÇÃO se usa na Europa Ocidental sobretudo na Alemanha, Inglaterra e França para caracterizar o presente como era da razão e do progresso, assim como do começo de uma nova época da história da liberdade. Desde então, com este conceito, se designam sobretudo os movimentos que, depois da erosão da antiga sociedade europeia e de suas representações de valor, introduzem ou querem introduzir uma mudança na consciência e das instituições em nome da razão; essa mudança se estende à economia e à ação, ao direito e ao Estado, às artes e às ciências, à moral e à religião (OEMULLER, 1978: 334 apud NETO, s/d, p.3).

Para que o iluminismo se consolidasse em Portugal, era preciso que o Rei reconhecesse a situação de decadência do reino para então decidir aderir aos ideais iluministas pois o rei D João V foi o mais formalista de todos os monarcas e seguia rigorosamente o que a igreja pedia, sendo assim acabou por mergulhar o reino em uma profunda crise, pois satisfazia os seus próprios desejos, com grandes banquetes para a nobreza e enriquecimento próprio, gastos com coisas inúteis e esse modo de se governar acabou por mergulhar a nação em uma profunda crise.

O reino de Portugal passava por uma situação de decadência profunda, pois estava se definhando aos poucos nos termos políticos econômicos culturais e educacionais isso em relação à outras nações mais desenvolvidas daquela época às quais Portugal dependia em termos financeiros. Dependia da Inglaterra pela exportação dos produtos e com os acordos feitos pelos monarcas como o tratado de Methuen ou tratado de Panos e Vinhos (1703 – 1836),

subordinava a economia Portuguesa à Inglaterra ao estipular a entrada dos produtos têxteis ingleses em Portugal, e do vinho Português na Inglaterra.

Esse tratado provocava a dependência sobre a Inglaterra e esse sendo mais desenvolvido e moderno diante de Portugal, acabava por aniquilar o desenvolvimento do mesmo. Para que essa situação fosse transformada era preciso a difusão da modernidade no reino português, sendo assim, de acordo com Montero (1989) “A modernização é o aparecimento do processo de racionalização e de complexidade das sociedades mediante novas estruturas sociais, com um alto grau de diferenciação e onde perdem força os princípios tradicionais de integração. Mas, isso não quer dizer que as estruturas existentes deixem de atuar mesmo que sorrateiramente, na História, na cultura, na educação pois,

As novas estruturas sociais não substituirão por completo e os rastros anteriores à modernidade continuam a se perpetuar na História assim, a outra forma de conceber a modernidade está assentada na cultura e seu fundamento se encontra na tradição Europeia. Nessa perspectiva, a modernização tem a ver com um processo de secularização dos eventos sociais e com a separação, quer dizer, com a criação de espaços entre o universo religioso e o político, o da organização social e o da organização econômica. (CASASSUS, 1993, p.7)

A necessidade de mudança de concepções acerca da forma de convivência e a forma de perceber o mundo, já não encontravam sentido somente na visão religiosa, com a grande influência do clero sobre o reinado de D. João V, portanto,

A razão substitui a divindade como projeto e instrumento para dominar a natureza e produzir progresso. Por isso, mesmo se desde o renascimento tem havido uma certa ideia de “moderno”, é só a partir da ilustração no século XVIII que se pode falar de modernidade num sentido mais estrito, no qual se vincula a ideia de projeto à modernidade (HABERMAS, 1989 Apud CASASSUS, 1993).

Na medida em que pensamos a modernidade enquanto “projeto”, devemos compreender em que situação, tempo e cultura este projeto se origina e ganha sentido para ser aplicado de forma a se concretizar ou não, pois “Ao substituir a divindade pela razão, historicamente emerge um modelo específico de mudança permanente que se manifesta através de formas novas de organização do trabalho, da organização das instituições e de programas de educação que as legitimem” (CASASSUS, 1993).

É neste lastro de mudanças que emergiram as ideias de intelectuais da época, neste caso, do século XVIII, indagando que a educação seria o ápice da mudança para com a modernidade provocando reformas, que mudariam a forma de educar daí por diante, seja no que diz respeito aos conteúdos trabalhados, profissionais responsáveis, condições estruturais e etc, e para tanto era preciso formar homens capazes de acompanharem as mudanças advindas do moderno, pois,

Historicamente, desde o início dos tempos modernos, a modernização está, em geral, ligada à educação por duas vertentes principais. Uma delas tem a ver com a secularização da cultura e sua transmissão diversificada em disciplinas por intermédio da nascente instituição das escolas. A outra se relaciona com os resultados da educação, que geram populações com uma visão secular e disciplinária da realidade sendo que através dela se inicia um período de mobilidade social e transformação do trabalho com base em novos aprendizados (CASASSUS, 1993, p.8).

Vários estudiosos enciclopedistas escreveram sobre o que deveria ser transformado no que diz respeito aos conteúdos trabalhados na instrução da mocidade para que conseguissem superar as concepções de educação e de vida, já estabelecidos pelos jesuítas no reino de Portugal e suas colônias com suas missões de evangelizar e catequizar as populações ensinando o básico que seria de ler, escrever e contar.

A companhia de Jesus foi uma ordem religiosa da igreja católica, fundada na Europa em 1540 por Inácio de Loyola. Era formada por padres designados de jesuítas, que tinham como missão catequizar e evangelizar as pessoas, pregando o nome de Jesus. Os princípios básicos dessa ordem estavam pautados em: 1) a busca da perfeição humana por meio da palavra de Deus e a vontade dos homens; 2) a obediência absoluta e sem limites aos superiores; 3) a disciplina severa e rígida; 4) a hierarquia baseada na estrutura militar; 5) a valorização da aptidão pessoal de seus membros. São esses princípios que eram rigorosamente aceitos e postos em prática por seus membros, que tornaram a Companhia de Jesus uma poderosa e eficiente congregação. (NETO e BORMURA 2008 P. 4)

Antes do surgimento das ideias iluministas a igreja era aliada do Estado que concordava com as missões dos jesuítas abrangendo sua educação para todas as suas colônias com o intuito de dominar os povos indígenas e escravizados.

A ordem dos jesuítas é produto de um interesse mútuo entre a Coroa de Portugal e o papado. Ela é útil à igreja e ao Estado emergente. Os dois pretendem expandir o mundo, às novas fronteiras, somar forças, integrar interesses leigos e cristãos, organizar o trabalho no Novo Mundo pela força da unidade lei-rei-fé. (RAYMUNDO, 1998, P.43 Apud NETO E BORMURA)

Com o passar dos anos o poder dos jesuítas foi crescendo sobre o poder do Estado. Suas missões foram aumentando e a influência também, pois,

Os jesuítas tornaram-se uma poderosa e eficiente congregação religiosa, em parte em função de seus princípios fundamentais, que eram a busca da perfeição humana por intermédio da palavra de Deus e a vontade dos homens; a obediência absoluta e sem limites aos superiores; a disciplina severa e rígida; e a valorização da aptidão pessoal de seus membros. Tiveram uma grande expansão nas primeiras décadas de sua formação, constatada pelo crescimento de seus membros, pois em 1556 constava com mil membros e em 1606 esse número cresceu para 13 mil. (NETO E BORMURA, 2008 P. 3)

De início a especificidade da ordem jesuítica era de expandir ao maior número de possível de pessoas, a palavra de Deus. Para tanto instalavam-se nos lugares mais remotos, aprendiam a língua dos indígenas especificamente no Brasil o tupi, traduziam para o tupi, cantos religiosos e até a missa.

A ordem dos jesuítas não foi, entretanto, criada só com fins educacionais; ademais, parece que no começo não configuravam esses entre os propósitos, que eram antes a confissão, a pregação e a catequização. Seu recurso principal eram os chamados “exercícios espirituais”, que exerceram enorme influência anímica e religiosa entre os

adultos. Todavia pouco a pouco a educação ocupou um dos lugares mais importantes, senão mais importante, entre as atividades da companhia. (NETO E BORMURA, 2008 P. 3)

Apesar de que a missão dos jesuítas não era especificamente de educar, no sentido de ensinar a ler e escrever, eles próprios acabaram por desenvolver métodos pedagógicos que eram aplicados em suas missões, pois além de catequizar, também ensinavam o básico exigido à época para uma pequena parcela da sociedade, ou seja, aqueles menos favorecidos socialmente, educação essa que foi perdendo seu valor com o passar dos anos e ganharam algumas críticas.

As principais críticas efetuadas pelos adversários políticos dos jesuítas no Reino ao método pedagógico são: A educação da mocidade real e colonial, monopolizada pelos padres, orientava-se sem dúvidas, para a uniformidade intelectual; os quadros do seu ensino, dogmático e abstrato, não apresentavam plasticidade para se ajustarem às necessidades novas: os métodos autoritários e conservadores até a rotina; e, além de não incluir o ensino das ciências, esse plano de estudos, excessivamente literários e retóricos, não abria lugar para as línguas modernas, conservando nas elites uma tal ignorância sobre essas línguas que de maravilha se encontraria, na colônia, um brasileiro que soubesse francês. (AZEVEDO, 1976, P. 48 Apud NETO, BORMURA 2008 p. 14)

Esses métodos educacionais utilizados pelos jesuítas não conseguiam mais acompanhar as mudanças advindas do moderno com isso as críticas só aumentavam e essa seria a explicação para a expulsão dos jesuítas do reino de Portugal e o Brasil mais adiante pelo Marquês de Pombal. As causas foram tanto políticas quanto ideológicas. Nas causas políticas tornaram-se um empecilho para a ação do Estado moderno, além de que mantinha grande poder econômico como terras e bens materiais. Na questão ideológica, adentrando o lado educacional surge a necessidade de formar um homem novo, o burguês e não mais o homem cristão. Nessas circunstâncias a modernidade aparece como um meio de transformação de concepções já existentes sendo assim, Casassus (1993, p.9) comenta que:

Embora expresso de maneiras diferentes, o objetivo fundamental subjacente na modernização educacional é conseguir aumentar a eficácia e a eficiência do sistema. Quer dizer trata-se de introduzir medidas que, por um lado, permitam que o sistema educacional esteja em condições de alcançar o que se espera dele, isto é educar as novas gerações e, por outro lado, que o façam bem, com uma boa relação entre o uso dos recursos humanos, físicos, e financeiros à sua disposição e a qualidade do resultado do processo ensino-aprendizagem

O desafio de mudança de um modelo de educação já arraigado no século XVIII com as missões dos jesuítas que mantinham alto poder de influência era enorme e precisaria de uma profunda reforma bem articulada que provocasse de fato uma reestruturação do modelo de educação e de se educar para toda a população pertencente ao reino de Portugal. Isto significava antes de mais nada gestão e organização. “Neste sentido, o mais importante de uma estratégia não é sua definição, mas conseguir que ela se faça”, como afirma Watemam Jr. Et al (1980),

Significa fomento e abertura a ideias que enriqueçam as formas tradicionais de pensar e melhorem nossa compreensão de como funcionam as diferentes organizações dos sistemas educacionais; e significa também desenvolver métodos de gestão aplicando medidas que tornem as estratégias realizáveis. (CASASSUS, 1993, p.11).

Essas estratégias de modernização devem ser criadas em articulação com as características dos grupos envolvidos, sua cultura e as formas de convivência dentro do contexto educacional. Seria preciso fazer um levantamento da situação dos povos envolvidos econômica e culturalmente para então modernizar-se.

Articular esses níveis é reconhecer a dimensão humana nas organizações e introduzir formas de pensar a gestão, não em termos de “ótimos” mas de categorias que se expressem em variáveis tais como “possíveis” e “coerência limitada”, é mudar a imagem ideal de uma estratégia para uma imagem realizável” (CASASSUS, 1993, p. 11)

O fato de modernizar o reino através da educação, demandava conhecimento cultural dos grupos envolvidos para que o projeto realmente viesse a contemplar todas as camadas populares. Palavras como globalização, mundialização, modernidade e modernização ultrapassaram as fronteiras das áreas do conhecimento e passaram a compor o vocabulário dos debates acadêmicos e políticos nos últimos anos. O uso desses conceitos especialmente o de modernidade e modernização, se difundiu na História e na literatura a partir das revoluções britânica (industrial) e Francesa, ambas no século XVIII.

Se a primeira revolução forneceu o modelo econômico para a inovação dos meios de produção, a revolução Francesa, especialmente com o iluminismo, forneceu o modelo político e ideológico da modernização. Segundo o dicionário Houaiss da língua Portuguesa, a palavra modernização se forma a partir do verbo modernizar com sufixo ção (ação). “É o ato ou efeito de modernizar... é tornar (se) moderno, acompanhando a evolução e as tendências do mundo atual” (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 1941). Ainda de acordo com este dicionário, moderno é um período histórico que se iniciou com o fim da idade média.

Segundo Huberman (1976), a sociedade francesa, até o século XVIII, estava organizada em três níveis ou estados. No primeiro, se destacava o Clero que monopolizava o poder espiritual, ético e moral, e os impunha a todos. No segundo, estava a Nobreza que monopolizava o poder político e gozava juntamente com o Clero de uma gama de privilégios políticos, econômicos e sociais que ao povo era negado e, no terceiro estado estava o Povo que era formado, basicamente, por artesões, camponeses e por uma classe média que enriquecia cada vez mais com a manufatura e o comércio. Este grupo devia obediência e tributos ao Clero e a Nobreza. (GOMES e LIMA S/D, P. 2)

A burguesia visava expandir-se e para tanto, conhecendo o poder influenciador do clero, com muitas posses de terras e ouro que dominavam os súditos juntamente com a nobreza, precisavam enfraquecê-la para então expandir-se.

A perspectiva de mudança está presente em todas as sociedades, mesmo nos períodos mais duradouros e que pareciam não existir possibilidades de mudanças, como a sociedade feudal, que correspondia aos interesses das classes dominantes da época. Essas estruturas sociais modificam-se conforme o desenvolvimento das sociedades.

A Revolução Francesa expressou concretamente que no século XVIII, uma nova atmosfera de pensamentos encadeados de forma racional que se expandia pela velha Europa. Esse período foi chamado de Iluminismo: uma nova forma de ver o mundo que criticava a Idade Média e as relações feudais, pois, acreditava-se que nesse período imperava a escuridão. O iluminismo marcava, assim, o nascimento da humanidade dos homens que para os pensadores da época representava o progresso deste ser pautado na racionalidade e na noção dialética da história. (GOMES e LIMA, S/D P. 2)

Surge então a figura do homem como ser pensante, que busca conquistar sua própria autonomia, independentemente de tradições construindo sua própria história.

Segundo Coutinho (1972), o grande legado desse movimento progressista ascendente que buscava a construção de uma racionalidade humanista e dialética, foram: o humanismo, o historicismo e a razão dialética, o quê explica porque, após a Revolução Francesa, a burguesia fará um grande esforço para tentar deslegitimar tais conquistas. (GOMES e LIMA, S/D, P. 4)

A burguesia via no iluminismo uma saída para manter a igualdade e liberdade entre os homens, crescendo-se de poder sobre a mente dos homens, tornando-se revolucionários contra os mandos dos reis nos campos econômicos e políticos.

A Revolução Francesa pode ser entendida como o apogeu do pensamento racionalista, que criticava a forma irracional como o rei e a nobreza conduzia o país. Neste momento, não havia outra coisa a ser feita que não derrubar o regime vigente e instaurar uma sociedade alicerçada pela nova ideologia. Para tanto, a burguesia dispunha da organização e do dinheiro, necessários à uma revolução, mas faltavam-lhes homens revoltados com sua situação de extrema pobreza, por isso, segundo Huberman (1976, p. 159) “A burguesia insuflou a revolução porque tinha que fazê-lo. Se não derrubassem seus opressores, teria sido por eles esmagada.” (GOMES e LIMA, S/D, P. 4)

Ainda em plena Revolução, a burguesia inicia um movimento que irá ocupar-se de limitar, em todos os sentidos, o progresso que a cultura da razão tinha proporcionado à humanidade como único

meio para o alcance do que é real. A burguesia, enfim, mostrara seu real caráter conservador que só fora realmente progressista quando seus interesses estavam em questão, por exemplo, ela não tinha interesse em resolver o problema da distribuição da riqueza, isto é, não foi progressista, ao contrário, foi profundamente conservadora, brindando a propriedade privada como “inviolável”.

É nessa perspectiva que entra a modernização atuando em todas as áreas da sociedade, com os meios de produção, a política, economia e principalmente a cultura da população nesse processo. Agora exigia-se uma demanda de homens capacitados e letrados para iniciarem o processo de mudança, pois a modernização é o processo de avanço da sociedade moderna sobre outras sociedades ou sua própria atualização. Assim, modernização é um projeto da modernidade feito a partir de uma ideologia desenvolvimentista, do progresso e da racionalidade.

Essa mudança de comportamento social surge na Europa, com base no iluminismo, servindo de base para todo o mundo daí por diante. A nova forma de pensamento e convivência são perspectivas que atraem vários olhares de estudiosos enciclopedistas do século XVIII assim, “Tanto em sua extensionalidade, quanto em sua intencionalidade, as transformações envolvidas na modernidade são mais profundas que a maioria dos tipos de mudança características dos períodos precedentes” (GIDDENS, 1991).

Consideram-se essas mudanças as mais marcantes pelo fato de alterar características muito profundas do cotidiano das pessoas em torno de todo globo, mas que obviamente os antecedentes tradicionais insistiram em se perpetuar na História humana.

O século XVIII apresenta-se, aos olhos da História da educação, como um momento privilegiado para se pensar a pedagogia. Se o movimento iluminista destaca-se pela proeminência que oferece ao primado da razão humana, é pelo signo da educação que se dará o engendramento dessa racionalidade matricial, diretora do otimismo expresso em um século que se pretendia veículo e condutor daquilo que se supunha ser a perfectibilidade do homem (BOTO, 1996, p.1).

O reino de Portugal estava se definindo pelo fato do rei ser regalista e visava apenas seu bem-estar e isso provocou a desgraça do povo de Portugal e suas dependências, pois; “O rei D. João V foi o mais “formalista” e devoto dos monarcas portugueses, era demasiadamente preocupado com seu prestígio pessoal o que lhe acarretou relações muito tensas, em toda a Europa” (OLIVEIRA et al, 2007, p.4).

Em 1703 foi firmada uma aliança entre os países Portugal e Inglaterra, que ficou conhecida como tratado de Methuen. Neste acordo, estabeleceu-se que Portugal teria facilidades na compra do vinho português. O estrangeirado D. Luís da Cunha que escrevia da Inglaterra, afirmou que os ingleses só queriam adiantar suas manufaturas e arruinar as que

começam em Portugal. O interesse da Inglaterra não era o preço do vinho de Portugal, mas sim de manter o poder econômico sobre o reino, dificultando o pagamento das dívidas do reino de Portugal para a Inglaterra.

Começam a surgir algumas críticas à Igreja pelos intelectuais da época à respeito de como atuavam em suas missões, daí:

A Igreja começou a apresentar algumas contradições, e foi tornando-se alvo de fortes críticas. Uma das críticas elaboradas pelos intelectuais foi sobre o fato de que, na criação da igreja primitiva era pecado os eclesiásticos possuírem terras e bens materiais, ter jurisdição temporal sobre os leigos e servir a nação com cargos públicos na república, pois deveria servir somente ao Senhor Jesus Cristo. Contudo, Cunha (1976) assinala que a igreja não se contentou apenas com a jurisdição em nível espiritual, a favor da doutrina de Jesus Cristo, mas absorveu no século XVIII toda jurisdição política e civil, impondo suas vontades e tendo o domínio de todos os setores do reino de Portugal inclusive influenciava as decisões do soberano rei D. João V que respeitava e aceitava todas suas reivindicações (CUNHA, 1976).

Desse modo a igreja católica exercia grande poder de influência sobre o reino de Portugal, nos âmbitos político, econômico e espiritual, por ter como grande aliado o rei D. João V que respeitava e seguia rigorosamente a religião católica. Com a chegada dos jesuítas em 1549 ao Brasil, os padres da Companhia de Jesus foram responsáveis pela catequização indígena e pela educação da elite colonizadora. A educação jesuítica obteve a transmissão de uma educação homogênea, mesma língua, mesma religião, mesma visão de mundo, homem letrado e erudito; uma identidade cultural; a catequese como processo de aculturação. Mas para retirar Portugal das dependências da Inglaterra precisava-se reconhecer o problema estrutural e ideológico do reino pelo seu governante. Para tanto, Teixeira e Soares (1961):

[...] apresentam como problemas fundamentais da administração do Governo de D. João V antecedente do governo de D. José I, e que vieram a ser combatidas pelo Marquês de Pombal: o apego à rotina, evitando a realização de reformas necessárias e úteis ao funcionamento da estrutura administrativa do Estado, principalmente, em relação ao regime fazendário e à administração ultramarina; o desinteresse pela instrução pública, que na coroa portuguesa era um privilégio dos nobres e da burguesia; o obscurantismo existente em todos os níveis do governo e que dificultaram as reformas necessárias.

Nesta época quase todos os produtos utilizados no reino, eram exportados e foi sugerido por “Macedo que fossem produzidos em Portugal os cereais, as sarjas, baelas, meias de seda, panos, papéis e os produtos industriais fáceis de manufaturar” conforme menciona Franco (2007, p.2). Além disso,

Cumpria usar ao mesmo tempo, não só a isenção de direito para os mestres que tentavam indústrias novas, mas prêmios, também para os que melhor fabricassem nos vários gêneros e facilidades para o estabelecimento nos lugares abundantes em água e lã; atrair com grossos salários os melhores artífices do estrangeiro; e desenvolver o ensino público” (FRANCO, 2007, p.3).

Essas eram opiniões de intelectuais anteriores a Pombal, pois a questão da desestruturação do reino de Portugal já era vista por estrangeirados da época que viviam em outros países, mas escreviam sobre a situação do reino de Portugal. Esse era um olhar dos chamados estrangeirados que embasaram as reformas pombalinas mais adiante. Ribeiro Sanches e Verney foram enciclopedistas que pensaram a educação jesuítica como atrasada, difícil por sua forma de condução dos estudos e para mudar a situação do reino de Portugal precisaria de uma reforma no âmbito educacional.

Falcon (1993, p.331), fala sobre as obras desses estrangeirados e seu impacto na organização do ensino português:

[...] reside não propriamente no seu conteúdo, mas no espírito que as acompanham e na ruptura que representam. [...] O espírito a que nos referimos é o da crítica irônica, muitas vezes satírica, ao ensino existente em Portugal, em todos os níveis, tanto no seu conteúdo, quanto nos seus métodos, crítica que é também à cultura portuguesa como um todo. Tratava-se, em suma, de demonstrar que em qualquer direção que se olhasse, Portugal estava atrasada, distanciando do que se passava nos centros civilizados.

Este foi um século em que o movimento iluminista acreditava que a educação seria o ápice da mudança de comportamentos, pensamentos, libertação e modernização das relações sociais agora que o capitalismo já estava efervescente em todo o mundo. Daí os olhares de diversos estrangeirados voltaram-se para a educação como forma de mudança, dentre eles destaca-se Luís Antônio Verney:

Nenhum, entretanto, tão ilustre como Verney pela universalidade do plano concebido e pela ambição por que procurou, por intermédio de suas obras realizar o programa planejado quase no verdor dos anos. É neste sentido que Luís Antônio Verney é um pedagogo e, enquanto pedagogo, um iluminista na medida em que o iluminismo é uma forma de pensar comum de homens que em atitudes diversas de pensamento, procuram fazer da cultura um instrumento do progresso e da perfeição das sociedades e dos homens. Em Verney não há apenas o programa de uma reforma sobre os estudos; há ainda a consciência da necessidade do desdobramento de uma tarefa pedagógica, realizando na ordem prática as diretrizes que o conhecimento das realidades portuguesas e das conquistas recentes da cultura impunham como propósito preliminar de uma política destinada a ‘iluminar verdadeiramente a nação lusitana’ (CARVALHO, 1987, p. 61-62).

É fato que a modernidade chegou para revolucionar com as mais variadas formas de reivindicações dos intelectuais acerca do tradicional poder religioso que tornava o clero uma entidade com grande poder de influenciar o comportamento dos cristãos, catequisando e instruindo com o básico da educação, os mais pobres. Mas com a introdução das luzes da razão pelos intelectuais essa conjuntura passou a ser reformada aos poucos com iniciativas como a de Sebastião José de Carvalho e Mello, como discutido nos próximos capítulos.

2.1 COMPREENDENDO O ILUMINISMO E SUAS TRANSFORMAÇÕES

A chegada do iluminismo no século XVIII com as transformações das formas de pensamento do homem agora não mais pela tradição religiosa, mas pela razão desenvolveu-se com essa racionalidade de várias interpretações acerca de como alavancar mudanças nos âmbitos social, político, econômico, cultural e educacional. Nessa conjuntura surgiram pensamentos de intelectuais estrangeirados, ou seja, que viviam fora do reino de Portugal escreviam sobre possíveis mudanças no tocante à forma de educação da mocidade sobre como estava sendo desenvolvida, quais os atores envolvidos nesse processo, quais os materiais utilizados e quais os que estavam disponíveis para que se pudesse dar início ao novo modelo de educação e organização.

Diante desse cenário precisamos entender o sentido da modernidade e o sentido da modernização. A modernidade atua como um projeto que venha a ser desenvolvido com as críticas que foram surgindo à respeito das relações sociais, pois o iluminismo estava explodindo na Europa e mundo afora, então as demais nações precisavam aderir esses novos modelos de organização e gestão principalmente da educação da mocidade, sendo assim a modernização é o desenrolar da modernidade, as aplicações das mudanças que foram projetadas, pensadas e organizadas. Esse processo de modernização não está pronto ou estagnado no tempo, mas sim está acontecendo ao desenrolar das atividades propostas. Para que a modernização acontecesse no Reino de Portugal e suas colônias os defensores do iluminismo, chamados estrangeirados embasaram as reformas empreendidas pelo Marquês de Pombal como veremos mais adiante.

3 O PAPEL DO MARQUÊS DE POMBAL ENQUANTO MEDIADOR DA REFORMA EDUCACIONAL PORTUGUESA

Para compreendermos quais os sentidos da elaboração e implantação das reformas pombalinas no século XVIII devemos entender como funcionava a educação da mocidade em Portugal e no Brasil. Antes da chegada do iluminismo, a base de ensino para os mais pobres, se dava pelo ensino jesuítico em suas missões de evangelizar e catequisar, mas

“O projeto educacional jesuítico não era apenas um projeto de catequização, mas sim um projeto bem mais amplo, um projeto de transformação social, pois tinha como função propor e implementar mudanças radicais na cultura indígena brasileira. Ou seja, era um projeto de transformação social pois tinha como função propor e implementar alterações profundas na cultura indígena brasileira. Teixeira e Soares (1961, p. 142) afirma que a companhia de Jesus surgiu como “uma explosão de pensamentos religiosos transvertido ao campo das atividades práticas. Refazer o homem infundindo-lhe espírito novo, arquetipá-los em finalidades sociais e religiosas, essa foi a ação da ordem”. (BORMURA 2008, P. 5)

Considerando o pressuposto de que o ensino jesuítico também foi desenvolvido no Brasil, precisamos entender que mesmo se concretizando, o ensino jesuítico no Brasil, devemos reconhecer que foi um processo demorado e que foi sendo conquistado aos poucos através do trabalho árduo dos membros que atuavam nas missões.

O trabalho de catequização e conversão do gentio ao cristianismo, motivo formal da vinda dos jesuítas para a colônia Brasileira destinava-se à transformação do índio em “homem civilizado”. Seguindo os padrões culturais e sociais dos países europeus do século XVI e a subsequente formação de uma “nova sociedade”. Essa preocupação com a transformação do indígena em homem civilizado justifica-se pela necessidade em incorporar o índio ao mundo burguês, à “nova relação social” e ao “novo modo de produção”. Desse modo, havia uma preocupação em inculcar no índio o hábito do trabalho, pelo produtivo em detrimento ao ócio e ao improdutivo”. (BORMURA, 2008, P. 6)

No primeiro momento os indígenas brasileiros apresentaram-se como os homens fáceis de manipular pelo seu modo de viver. Mas os jesuítas ao perceberem que os indígenas não conseguiam acompanhar o trabalho árduo, que era preciso para acompanhar a burguesia, deixaram para trás muitas de suas missões e voltaram para suas aldeias.

Ao desembarcar no Brasil, o padre Manoel da Nóbrega faz a nomeação de seus ajudantes para algumas funções essenciais. Desse modo, com a nomeação e atribuição de funções aos demais padres jesuítas, é redigido o primeiro status ou catálogo da missão brasileira. A utilização de um método de ensino para conversão do índio ao catolicismo deu-se à seguinte questão: a) como iriam os padres jesuítas pregar a fé católica se não conseguissem se comunicar com os indígenas? O plano de estudos organizado pelo padre Manoel da Nóbrega consistia em duas fases: na primeira fase considerada como do ensinamento dos estudos elementares, era constituída pelo aprendizado de Português, do ensinamento da doutrina cristã e da alfabetização. Para a segunda fase do processo de aprendizagem idealizado por Manoel da Nóbrega, o aluno teria opção para escolher entre o ensino profissionalizante e o ensino médio, segundo suas aptidões e dotes intelectuais revelados durante o ensino elementar. (BORMURA, 2008 p. 8)

Essa foi a primeira proposta de metodologia utilizada por Manoel da Nóbrega para inserção do ensino jesuítico na colônia brasileira. O primeiro passo foi aprender a se comunicar com os índios para estabelecer uma melhor conexão durante suas missões que tinham o objetivo de estender ao maior número possível de gentios, os ensinamentos da religião cristã e acrescentando-se mais algumas disciplinas, para tanto, “Uma das estratégias adotadas por Manoel da Nóbrega na conversão dos gentios, foi a construção das aldeias de catequização, que se situavam próximos das vilas e cidades portuguesas”. (BORMURA, 2008 P. 8). Essas aldeias tinham como princípios alguns objetivos de doutrinação, visando ensinar a religião cristã para os indígenas, também instigara força de trabalho como forma de aumentar o poder econômico brasileiro e na questão política manipular, os índios catequisados contra os rebeldes que não aceitavam submeter-se às missões dos jesuítas.

O método de ensino utilizado pelos jesuítas era o **Ratio Studiorum**, que foi publicado originariamente em 1599 pelo padre Geraldo Cláudio e visava a formação do homem cristão de acordo com a fé e a cultura cristã. Esse método era normativo e usado pelos padres jesuítas em suas missões estabelecendo o currículo, a orientação e a administração do sistema educacional jesuítico, tanto na metrópole, quanto na colônia.

O Ratio Studiorum não era um tratado sistematizado de pedagogia, mas sim uma coletânea de regras e prescrições práticas e minuciosas a serem seguidas pelos padres jesuítas em suas aulas. Portanto, era um manual prático e sistematizado que apresentava ao professor a metodologia de ensino a ser utilizada em suas aulas. (BORMURA, 2008 p. 12)

Essa metodologia deveria ser seguida rigorosamente pelos padres em suas missões pois as aulas eram fiscalizadas.

O Ratio Studiorum apresentava três opções de cursos: o curso secundário, que correspondia ao curso secundário, e dois cursos superiores, de teologia e de filosofia. Os cursos eram constituídos por disciplinas, também denominadas de classes, que caracterizavam-se por graus de progressos que correspondiam ao período de um ano. (BORMURA, 2008 P. 12)

Esses cursos caracterizavam-se por uma adaptação e construção do trabalho de catequese dos indígenas convertendo-os e impondo-lhes os costumes dos brancos. “Assim a vinda dos padres jesuítas, em 1549, não só marca o início da história da educação no Brasil, certamente a mais importante pelo vulto da obra realizada, e sobretudo pelas consequências que dela resultaram para nossa cultura e civilização.” (RIBEIRO, 1998 P. 28).

As raízes do ensino jesuítico no Brasil, assim como em Portugal, eram muito fortes, concretas e eficientes pois,

Se transformaram na única força capaz de influir no domínio do senhor de engenho. Isto foi conseguido não só através dos colégios, como dos confessionários, do teatro e particularmente, pelo terceiro filho que deveria seguir a vida religiosa. Já para a Leite (1965, 213) mais vasta que a artística e em muitos aspectos mais valiosa é a herança cultural, científica e literária dos jesuítas do Brasil, a começar pelo que se refere aos índios. (RIBEIRO, 1998 P. 28)

Esse modelo de ensino jesuítico perdurou até meados do século XVIII, pois com a chegada do iluminismo, as novas ideias almejam por novos métodos de ensino e com visões mais modernas. Os anos foram se passando e com a morte de D. João 5, é nomeado o rei Dom José I, que juntamente com o Marquês de Pombal desenvolveriam reformas que em todos os âmbitos da sociedade.

Já no reinado de D. José I, em 1755, Portugal sofre um terrível terremoto, sendo que a proporção da destruição foi assustadora. É nesse cenário que surge a figura que terá maior protagonismo em Portugal nas duas seguintes décadas, seu nome Sebastião José de Carvalho e Mello o Marquês de Pombal.

Estrangeirado, Sebastião José de Carvalho e Mello também o foi, mas a meio termo. Nascido em 1699, de uma família da pequena nobreza, só em 1738, conheceria o mundo exterior, enviado à Londres como diplomata. Nesta primeira longa fase da sua vida, como fidalgo de pequeno porte, em nada se destacou. Frequentou, como todos, Leis em Coimbra, e casou-se com uma viúva dez anos mais velha e de alta nobreza. Foi o único lance digno de nota nesse período, pois o casamento envolvia nada menos que um rapto, em bom estilo. Se fora paixão ou interesse o móvel da audácia, não consta na história, mas de toda maneira não lhes rendeu vantagens, nem abriu as rodas das altas camadas ou núcleos do poder. Melhora, só com a morte de um tio poderoso de quem herdaria o morgadio. Daí a enviatura para Londres seria um passo; e, em Londres a abertura para o mundo. Já viúvo, havia de, às margens do Danúbio, contrair segundas núpcias com a filha de um general famoso, o Conde de Daun. Leonor Daun não lhe traria apenas segundo consta, felicidade pessoal; de volta a Lisboa, diz-nos Lúcio de Azevedo, por intermédio da esposa teria acesso à rainha, também austríaca: e se abriria aos poucos a rota do poder. Indicado nominalmente no famoso testamento político (1749) que dom Luís da Cunha, o mais célebre dos estrangeirados, dirigia ao herdeiro do trono, Sebastião José chegaria ao ministério com a ascensão de José I (1750); E a partir de então sua carreira seria fulminante. Se desde o início se destacava entre os pares, foi sobretudo a partir do sinistro terremoto (1755) que sua ascendência se consolidou definitivamente. Até o final do reinado (1777) feito Conde de Oeiras, depois Marquês de Pombal, imprimiria indelevelmente sua marca na história. (NOVAIS, 2007, p. 34-35)

Pombal investigava a ação dos jesuítas e da igreja em Portugal e em outros países, como sendo uma ameaça constante para a Coroa, pois mantinham influência, fazendas, terras e dominavam os indígenas de forma a colocá-los contra os homens brancos, induzindo que eles queriam apenas as riquezas naturais do reino e suas colônias, e para tanto usariam até de violência contra os indígenas e escravos. Sendo assim, Pombal já iniciava seus trabalhos:

Aproveitando-se, sem medir esforços nem escolher os meios, do atentado de 1758 (contra el-rei), aterrorizou a nobreza com o processo e o seu suplício dos távoras; e já foi envolvendo os jesuítas nessa questão, na pessoa do padre Malagrida, já visado antes por causa de seus sermões sobre a Companhia de Jesus. O ministro pretendia atingir a igreja, num de seus pilares mais sólidos, na medida em que o esforço regaliano passava por maior independência em relação a sé apostólica, e, pois conflito com o clero. (NOVAIS, 2007, p. 36)

Diante das circunstâncias em que o reino vinha passando, de declínio nos âmbitos econômicos e políticos, Pombal decidiu então espalhar várias calúnias contra os jesuítas, em

Portugal e outros países vizinhos a fim de prejudicá-los e assim assumir todo o poder sobre a nação.

Segundo Trigueiros (2010), com a expulsão dos jesuítas de Portugal e de todos os territórios ultramarinos em 1759 ocorrem a extinção de cerca de quarenta instituições educativas espalhadas por todo o império português. A educação tida como esperança do império, “bem como o universo mental que virá agenciado pelo rastro desse imaginário iluminista, produzirão em toda a Europa novas representações e práticas acerca da acepção de infância e de formação do homem no percurso do século XIX” (BOTO, 1996, p.2).

Logo, Sebastião José realizou mudanças em todos os setores da Coroa, podendo citar a economia, a criação de companhias comerciais gerando incentivos fiscais para as pequenas manufaturas voltadas ao mercado português; no campo social, a revigoração da Universidade de Coimbra, já que defendia ser a Universidade responsável pela formação da dinamicidade social, responsável pela mentalidade dos portugueses, fato esse notoriamente valorizado na criação do colégio dos nobres em 1761 destinado à formação dos jovens aristocratas portugueses; e, especificamente na educação reformou o ensino, que até então estava nas mãos dos jesuítas e agora passam a ter novas escolas.

Além do Marquês de Pombal já reconhecer que o reino precisaria de uma profunda reforma para conseguir sair das dependências da Inglaterra, ele teve alguns influenciadores que ajudaram a embasar seu plano político através da educação, como o estrangeirado Ribeiro Sanches que, “preocupado em recuperar o reino português daquela era de decadência, o pensamento de Ribeiro Sanches procurará conceber o engendramento de transformações estruturais e subjetivas mediante a arquitetura de um estado pedagogo” (BOTO, 1996, p.04).

Uma das preocupações de Ribeiro Sanches era sua crítica ao clero, por ser um estado à margem do Estado, que exercia grande poder de influência sobre os súditos, pois eram responsáveis pela educação da mocidade, educação essa considerada pelos estrangeirados, atrasada mediante às ideias do iluminismo. Assim:

Refundar a nação, do século XVIII ao XIX, era imperativo que passava também pela escola. E nesse esquadro, o ideário iluminista ocupa lugar de destaque, seja pela leitura que faz da História, seja pela prospecção com que credita suas expectativas perante o tempo novo de superação da decadência, de reerguimento nacional, de configuração do homem novo para a pátria regenerada” (BOTO, 1996 p. 02).

O iluminismo traz modificações em todas as áreas de atuação da sociedade: na economia, na política, na religião e na moral, pois é um período muito rico em reflexões de diversos estudiosos da época e principalmente para a educação.

Desta maneira, os filósofos franceses Diderot, D'Alembert, Voltaire, Rousseau e Helvetius não são propriamente educadores, mas encaram o ensino como veículo importante das luzes da razão e no combate às superstições e ao obscurantismo religioso. Esses estudiosos deram origem ao novo modelo de educação que seria proposto para a ilustração e modernização da sociedade com obras importantes como o enciclopedismo, o naturalismo de Rousseau e a pedagogia idealista de Kant. Eles foram até perseguidos por suas ideias liberais que transformaria a forma de convivência e educação daí por diante.

Pelos seus vínculos com outros países europeus, em especial com, Inglaterra, Itália e França, esses personagens eram chamados estrangeirados. Defendiam o desenvolvimento cultural do império português pela difusão das novas ideias de base empirista e utilitarista; pelo “derramamento das luzes da razão” nos mais variados setores da vida portuguesa, mas voltaram-se especialmente para a educação que precisaria ser libertada do monopólio jesuítico, cujo ensino se mantinha, conforme entendiam, preso a Aristóteles e avesso aos métodos modernos de fazer ciência. Essa nova tendência começou a pressionar por reformas no plano político no final do reinado de Dom João V., Mas a nova situação se impôs com o advento, em 1750, do rei Dom José I e a consequente nomeação do futuro Marquês de Pombal como ministro. (SAVIANI, 2011, p. 80).

Na administração de Pombal, há uma tentativa de atribuir à Companhia de Jesus todos os males da educação na metrópole e na colônia, motivo pelo qual os jesuítas são responsabilizados pela decadência cultural e educacional imperante na sociedade portuguesa. Essa posição antijesuítica não era uma posição somente de Marquês de Pombal em Portugal, mas também de muitos países Europeus, que buscavam essa introdução da nova forma de educar, através da modernidade do iluminismo.

O século XVIII ficou conhecido como o século das luzes que a partir do iluminismo com as novas tendências liberais após a revolução francesa exigia-se agora um novo modelo de organização da sociedade em que alguns estudiosos da época como Rousseau, Voltaire, Diderot, pensavam um modelo de educação que provocaria a ilustração da sociedade e essa forma de educação transformaria as formas de convivência daí por diante. A predominância da Igreja com a influência dos jesuítas continuava ainda no século XVIII mesmo com as críticas pelo mundo, até que em 1772 o Papa Clemente XIV extingue a Companhia de Jesus.

Esse modelo de educação favorecia apenas uma pequena parte da sociedade, pois cobrava-se um preço muito alto pela educação e os mais pobres ficavam apenas com as instruções dos párocos que era apenas aprender a ler, escrever, contar e catecismo, segundo os jesuítas, isso bastaria para os pobres, pois não passariam disso.

Não conseguindo acompanhar as transformações das forças produtivas na Inglaterra, Portugal através do despotismo esclarecido tenta manter o absolutismo real o rei D. José I, e

seu primeiro ministro Marquês de Pombal introduzem uma reorganização administrativa e repreende qualquer tentativa de repressão. O Marquês de Pombal então primeiro ministro do rei, usou de suas experiências adquiridas em suas viagens pela Europa para introduzir seu plano de reformas numa tentativa de manter o absolutismo real e aqueles que tentavam repreender seus planos eram severamente punidos.

Cabe recordar que a ação de Pombal apresentava-se com o fito de “europeizar” Portugal. Nesta direção, como salienta Manoel Antunes: “Europeizar significava, na óptica de Carvalho e Mello, modernizar as artes e as indústrias, desenvolver e monopolizar o comércio pela criação de grandes companhias, subordinar à igreja ao Estado, entretanto poderosamente reforçando autonomizando-a mais possível de Roma e fazendo-a reger-se pelas próprias estruturas e meios nacionais” (ANTUNES, p.125 apud BOTO, 1996, p.181).

Desta maneira Pombal precisava formar o mais rápido possível uma elite capaz de substituir o clero, e melhorar o ensino que era proposto pelos jesuítas. Isso ocorreu a partir da formação política, quando o Marquês foi diplomata em Viena (1745-1749), de tal modo, é possível afirmar que:

Foi nessa capital do espírito que o ministro português, em contato com o mundo da política e da diplomacia, bebeu os grandes princípios do despotismo iluminado que haveria de aplicar no seu regresso ao país. E de lá trouxe igualmente, no entender de Maria Alcina Ribeiro Correia, as ideias econômicas e culturais que serviam de trave-mestra do seu governo (SERRÃO, 1982, p. 22 apud MACIEL; NETO, 2006, p.467).

Em suas passagens pela Europa, Pombal buscava conhecimentos modernos para introduzir no reino de Portugal e retirá-lo da dependência da Inglaterra introduzindo assim o reino no novo mundo com as ideias iluministas que se concretizariam no âmbito da instrução pública. Sebastião José de Carvalho e Melo nasceu em 1699 era de família nobre, mas não era rica. Já com quase 40 anos de idade deslocou-se para a Inglaterra, pois acreditava que aquele país representava uma ameaça para o domínio do Brasil. O Marquês obteve uma aversão pelos ingleses e “Tal antipatia pôde ser notada em suas medidas antibritânicas que visavam obstinadamente libertar o comércio português da subordinação ao poderio inglês” (MACIEL; NETO, 2006, p.467). Dessa forma, viver na Inglaterra e adquirir conhecimentos possíveis de mudar a realidade de Portugal e da colônia era seu objetivo.

Com base nas experiências vividas em Londres e Viena, o futuro Marquês de Pombal buscava conquistar cargo importante em sua pátria para pôr em prática suas ideias de reforma da instrução com base no despotismo esclarecido da imperatriz Maria Tereza, e após a morte de Dom João V, nisso teve sua iniciativa como ministro Marquês de Pombal.

Com a ascensão ao trono de Dom José I, aclamado rei em 7 de setembro de 1750, Sebastião José de Carvalho e Melo integra o gabinete como ministro responsável pela

Secretaria do Exterior e da Guerra. Pouco a pouco, foi ganhando proeminência no governo, legislando, inclusive, nos âmbitos de competência de outros ministros. E, em 1756, assume o cargo de secretário de Estado dos Negócios do Reino, o posto mais alto do governo, tornando-se ministro plenipotenciário. Em junho de 1759, recebe o título de Conde de Oeiras e em 1769 torna-se Marquês de Pombal, denominação que o consagrou tanto na política como na historiografia. (SAVIANI, 2011, p. 80)

O ministro Carvalho e Melo aproveitou seus conhecimentos adquiridos em suas passagens por outros países e principalmente Inglaterra para implantar suas ideias através da instrução, expulsando os jesuítas, que em seu entendimento mantinham grande poder de influência sobre os homens por eles formados e também o Marquês queria tirar Portugal da dependência da Inglaterra, porém acabou provocando certo declínio na tentativa de impor o absolutismo real da nobreza sobre todos os homens. Para Pombal a modernização do reino português se processaria de início pelo signo educativo, pois segundo Boto (1996, p.21):

A partir do século XVIII há uma intensificação do pensamento pedagógico e da preocupação com a atitude educativa. Para alguns filósofos e pensadores do movimento francês, o homem seria integralmente tributário do processo educativo a que se submetera. A educação adquire, sob tal enfoque, perspectiva totalizadora e profética, na medida em que, por intermédio dela, poderiam ocorrer as necessárias reformas sociais perante o signo do homem pedagogicamente reformado.

Numa análise comparativa entre Portugal e outros países da Europa nesta época, era concomitante a decadência do reino e sua colônia. O Marquês evidencia que as reformas na educação do reino precisariam de homens capacitados para formar uma geração que conseguisse transformar a situação daí por diante, sendo assim, Almeida (2000) e Ribeiro (1998) concordam que o grande empecilho para a concretização desses objetivos foi a falta de homens capacitados para o ensino elementar e primário, ou seja, havia, tanto na metrópole quanto na colônia, uma grande carência de professores aptos ao exercício da função de ensinar. Acontece que nesse cenário os responsáveis pela educação da mocidade eram os jesuítas com suas missões e para que essa realidade pudesse ser modificada, Pombal decide expulsá-los do reino e seus domínios.

Por meio do decreto régio de setembro de 1759, o rei D. José I ordena a expulsão dos jesuítas da Companhia de Jesus por meio da seguinte declaração a respeito do método de ensino jesuítico:

Declaro os sobreditos Regulares na referida forma corrompidos, deploravelmente alienados do seu Santo Instituto, e manifestamente indispostos com tantos, tão abomináveis, tão inveterados e tão incorrigíveis vícios para voltarem à observância dele, por notórios rebeldes, traidores, adversários e agressores, que têm sido e são actualmente, contra a minha Real Pessoa e Estados, contra a paz públicos meus reinos e domínios, e contra o bem comum dos meus fiéis vassallos; ordenando que tais sejam tidos, havidos e reputados; e os hei desde logo, em efeito desta presente lei, por desnaturados, proscritos e exterminados; mandando que efectivamente sejam

expulsos de todos os meus reinos e domínios, para neles mais não poderem entrar. (TRIGUEIROS, 2009 apud OLIVEIRA et al 2007, p.16)

Em 1759, o governo português além de expulsar os jesuítas também extinguiu a escolarização baseada na educação religiosa da Companhia de Jesus substituindo-as pelas Aulas Régias ou avulsas de Latim, Grego, Filosofia e Retórica. Desta maneira, o reinado português estava sob controle da educação da colônia ao romper com a educação jesuíta, a ideia iluminista do Marquês almejava o progresso de Portugal (CARDOSO, 2011).

Com a expulsão da Companhia de Jesus, a educação dos indígenas foi abandonada. Com a expansão das ideias iluministas, “a reforma do Estado incluía um conjunto de medidas culturais, inclusive na reforma do ensino, havia o cuidado de averiguar desde ‘o que devia ser lido, como se devia ensinar, proibindo qualquer iniciativa individual dos agentes desse processo, a menos que fosse solicitada pelo próprio rei’ (CARDOSO, 2011, p.181). Esses conteúdos deveriam ser seguidos à risca pelos professores, pois era nomeado pela Mesa Censória, ministros que deveriam fiscalizar as atitudes dos professores nas aulas de primeiras letras e para os que não seguissem corretamente as demandas dadas pelo rei, tinha uma punição severa.

Através de seus alvarás régios, Pombal inicia os trabalhos de implementação das reformas no reino de Portugal e suas colônias. Saviani (2011) explica que “o alvará declara ‘extintas todas as classes e escolas’ até então dirigidas pelos jesuítas. E ordena ‘que no ensino das classes e no estudo das letras humanas haja uma real reforma’ em Portugal e em todos os seus domínios”.

Saviani (2011) expõe as disposições relativas ao diretor de estudos que em suas atribuições deveria supervisionar o ensino e também apresentar relatório anual sobre o estado em que se encontram os estudos. Enquanto as disposições relativas aos professores de gramática latina menciona a obrigatoriedade de lecionar de acordo com os novos métodos. Estabelecendo que em cada uma das vilas das províncias deve-se haver um ou dois professores de Gramática Latina, estes escolhidos por um exame rigoroso feito pelo Diretor Geral.

Os professores também só poderiam ensinar mediante o alvará de aprovação emitido pelo Diretor Geral. No dia 6 de julho de 1759 foi assinada a carta régia de nomeação do cônego Dom Tomás de Almeida como Diretor Geral de estudos do Reino e Ultramar. Este por sua vez convoca os candidatos ao novo magistério submetendo-os a análise dos dados à disciplina pretendida, por conseguinte os candidatos seriam submetidos a exames tanto de capacitação quanto de conhecimentos referentes à disciplina.

A fim de anular a influência dos jesuítas na formação dos alunos que o idealismo iluminista visava construir um reinado absolutista e progressista através das reformas educacionais. Conforme Cardoso (2011, p.180), as reformas da educação “devem ser compreendidas no contexto de implantação do despotismo esclarecido em Portugal, caminho político escolhido para conciliar a tarefa de modernizar o país, com a preservação da monarquia absolutista”.

O Marquês pretendia com isso criar um reino que ficasse com a economia fortalecida, melhorando a instrução através das reformas e mantendo o poder sobre todos reprimindo qualquer tentativa de repúdio às ações do governo. Era inegável que a expulsão dos jesuítas provocaria mudanças muito profundas para a educação do reino, sendo uma organização de grande influência sobre o reino e seus súditos. Mesmo assim o Marquês de Pombal não mediu esforços para implantar suas reformas.

3.1 A REFORMA DOS ESTUDOS MAIORES NA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Em agosto de 1772 tem início da segunda fase da reforma, atingindo os estudos maiores, isto é, o ensino de nível superior. “Por isso o principal elemento dessa nova fase foi a reforma de Universidade de Coimbra. Mas teve sequência com a Lei de 6 de novembro do mesmo ano, que cuidou das aulas régias de primeiras letras” (SAVIANI, 2011, p. 90).

A criação da “junta de providência Literária” era composta por vários Brasileiros com suas obras que tiveram destaque na construção da nova redação dos estatutos da Universidade. “Antes da reforma, a Universidade de Coimbra era constituída por quatro faculdades: Teologia, Cânones, Direito e Medicina. Com a reforma, às quatro faculdades foram acrescentadas as de Filosofia e Matemática” (SAVIANI, 2011, p. 90).

O objetivo da introdução desses dois cursos na Universidade de Coimbra com a reforma foi dar ênfase ao carácter moderno e iluminista aos estudos maiores no sentido de que propunha um avanço na formação dos indivíduos. Saviani (2011, p.93) diz também que a reforma na Universidade de Coimbra “teve sentido de orientar a vida cultural portuguesa pela ideologia iluminista”.

Desta maneira, a reforma da Universidade de Coimbra foi implantada entre 22 de setembro e 24 de outubro de 1772, esse período corresponde a estadia que o Marquês de Pombal esteve em Coimbra, de modo a acompanhar pessoalmente como as reformas estavam ocorrendo.

No preâmbulo da Lei de 6 de novembro de 1772, o rei, após retomar as críticas aos jesuítas que teriam levado à ruína as letras ao controlá-las durante dois séculos, situa nesse âmbito “as Escolas menores, em que se formam os primeiros elementos de todas as Artes e Ciências”; menciona as súplicas da Real Mesa Censória para reparar “as sobreditas escolas, que constituem os berços em que se nutrem e criam as referidas Artes e Ciências com uma Providência tal” a estender seus benefícios” ao maior número de povos e de habitantes deles que as possibilidades pudesse permitir”. Mas pondera, em seguida, ser impossível adotar-se um plano que permitisse estender os benefícios do ensino a todos igualmente, pois “nem todos os indivíduos destes reinos e seus domínios sei hão de educar com o destino dos Estudos Maiores” (SAVIANI, 2011, p.96).

Esses estudos não eram abrangidos para todos, principalmente os trabalhadores das Artes Fabris que sustentavam a toda economia, para estes bastaria apenas as instruções dos párocos que se baseava em ler, escrever e contar. Os professores tinham a obrigação de emitirem anualmente, relatórios de seus discípulos descrevendo seu aproveitamento para que a Mesa Censória pudesse analisar e emitir as certidões.

O conteúdo abordado pelas escolas de primeiras letras além do ensino elementar “devem ensinar também as regras de ortografia da língua portuguesa, assim como a sintaxe para que os discípulos ‘possam escrever corretamente e ordenadamente’. Devem ainda ensinar, as quatro operações de aritmética, o catecismo e as regras de civilidade”. (SAVIANI, 2011, p.96).

Assim, o Marquês de Pombal por meio de suas reformas tanto no ensino menor quanto no ensino maior implantou uma educação racionalista a fim de substituir a educação jesuíta que perduraram dois séculos no reinado português em nome da modernização e do progresso de Portugal. Mais adiante veremos os impactos causados pelas reformas pombalinas para a educação do Brasil, enquanto colônia portuguesa.

4 AS REFORMAS POMBALINAS E O SEU IMPACTO PARA A EDUCAÇÃO NO REINO E SUA MAIOR COLÔNIA O BRASIL

Dentre o processo de modernização das relações sociais e o surgimento da figura do Marquês no cenário Português iniciando suas reformas na metrópole, no Brasil não foi diferente. Desta maneira, o processo de implementação das reformas aconteceu de formas diferentes na metrópole e nas colônias.

Pombal visou organizar a exploração das riquezas do Brasil, com objetivo de elevar a economia de Portugal. Também criou duas companhias de comércio: Grão-Pará e Maranhão, Pernambuco e Paraíba, de tal maneira a financiar a produção de açúcar, café e algodão e inclusive outros produtos. A exportação também foi idealizada pelo Marquês, como por exemplo, a exportação de algodão para a Inglaterra, com isso “incentivou a indústria de construção naval, com a criação de estaleiros a de laticínios, de anil e de cochonilha” (SECO; AMARAL, s/d).

Diante disso, o Brasil era uma colônia de Portugal que mantinha grandes fontes de riquezas naturais que foi usado para contribuir com o crescimento econômico do reino naquele momento histórico. Como o objetivo das reformas era de uniformizar o modelo de educação agora proposto através da modernização no reino, desde então essa nova estrutura foi abrangida no Brasil.

Todo o início das reformas aconteceu na metrópole, com os avanços da educação moderna e popular. Essa modernização só veio a iniciar-se na colônia Brasil anos depois o que causou esse retrocesso para a educação, mesmo com a tentativa de suprir as necessidades da estrutura criada pelos jesuítas naquela região. Para o Brasil, a expulsão dos jesuítas resultou na extinção do único sistema de ensino, sendo a primeira reforma educacional do Brasil.

Logo no início das reformas foram detectadas algumas questões que deveriam ser analisadas. Sendo tomadas algumas providências em relação ao modo como estava acontecendo a educação no Brasil, pois com a expulsão da ordem jesuítica do reino, a educação teve um retrocesso muito grande.

Dentre as queixas do retrocesso está a nomeação de professores, esta passava por um processo muito lento, já que haviam muitas dificuldades tanto na demora na seleção quanto na admissão de professores após o concurso. No Brasil o primeiro concurso para admissão de professores régios foi realizado no Recife em 20 de março de 1760. “Em 1765 ainda não havia sido nomeado nenhum professor público no Brasil, embora o concurso já houvesse acontecido há cinco anos” (CARDOSO, 2002, p. 135 apud SAVIANI, 2011).

Algumas providências foram tomadas, porém não foram suficientes para assegurar a continuidade e a expansão das escolas brasileiras que receberam várias reclamações em relação ao novo modo de educar. Portugal logo percebeu que a educação no Brasil estava estagnada e era preciso oferecer uma solução. Cabe ressaltar que as reformas pombalinas no Brasil foram implementadas em dado momento diferente da forma que em Portugal:

Foi de quase trinta anos o tempo de que o estado Português necessitou para assumir o controle pedagógico da educação a ser oferecida em terras brasileiras; da completa expulsão dos jesuítas e do desmantelamento sistemático de seu aparelho educacional, dos métodos aos materiais didáticos até a nomeação de um diretor geral dos estudos que deveria, em nome do rei, nomear professores e fiscalizar sua ação na colônia (SECO; AMARAL, s/d, p. 5).

A figura do Diretor de estudos tinha o papel de fiscalizar o desenrolar das aulas régias e para o Brasil foi escolhido Dom Tomás que iniciou os trabalhos com grande fervor, mas logo percebeu as dificuldades para sua concretização.

De acordo com Saviani (2011), Dom Tomás era adepto ao iluminismo e, portanto, assumiu o cargo de Diretor Geral de estudos com entusiasmo, mas com as inúmeras dificuldades que foi enfrentando ao longo do processo e com a demora do rei em atender suas demandas, Dom Tomás foi se enfraquecendo e o modelo de instrução por ele iniciado foi entrando em declínio, ele indica que os motivos da reforma ter fracassado estão pautados nos estudos menores, já que faltavam professores régios, aulas de retórica e livros didáticos, inclusive os salários baixos dos professores e o atraso no pagamento. Desta maneira, em quatro de junho de 1771 resultou na extinção da Diretoria Geral dos estudos.

Essas foram providências tomadas em relação a educação brasileira com enfoque iluminista, através das aulas régias, ainda que de pouquíssima produção e pela pequena quantidade ofertada em toda a colônia. Se na metrópole já existia uma enorme dificuldade para avançarem nesse novo modelo de instrução pública dificilmente seria sucesso nas colônias.

A reforma dos estudos não aconteceu de forma linear, mas foi marcada por diferentes etapas ao longo do processo de implantação e consolidação. Assim, a primeira fase iniciou com o alvará de 28 de junho de 1759: Reforma dos Estudos Menores em Portugal. Em 1772, a reforma dos estudos menores recebeu ampliação e manutenção por meio do “subsídio literário”.

Com os recursos deste imposto chamado subsídio literário, além do pagamento dos ordenados aos professores, para o qual ele foi instituído, poder-se-iam ainda obter as seguintes aplicações: 1) compra de livros para a constituição da biblioteca pública, subordinada a real mesa sensória; 2) organização de um museu de variedades; 3) construção de um gabinete de física experimental; 4) ampliação dos estabelecimentos e incentivos aos professores, dentre outras aplicações. (CARVALHO, 1978, p.128 apud SECO; AMARAL, s/d).

Com a implantação do subsídio literário houve um aumento significativo das aulas régias no Brasil, mesmo apresentando inúmeras dificuldades ainda presentes nesse modelo de educação. Quanto aos conteúdos trabalhados era difícil aderir aos novos modelos pois a base jesuítica era bem arraigada.

Ademais notava-se que as aulas régias estavam sendo uma continuidade do ensino jesuítico, pois:

A base da pedagogia jesuítica permaneceu a mesma, pois os padres missionários, além de terem cuidado da manutenção dos colégios destinados à formação de seus sacerdotes, criaram seminários para um clero secular, constituído por “tios padres” e “capelões de engenho”, ou os chamados “padres mestres”. Estes dando continuidade a sua ação pedagógica, mantiveram sua metodologia e seu programa de estudos, que deixava de fora, além das ciências naturais, as línguas e as literaturas modernas em oposição ao que acontecia na metrópole, onde as principais inovações de Pombal no campo da educação como o ensino das línguas modernas, o estudo das ciências e a formação profissional já se faziam presentes. (SECO; AMARAL, p.7, s/d).

O Brasil não foi contemplado com as novas propostas que objetivaram a modernização do ensino pela introdução da filosofia moderna e das ciências da natureza, com a finalidade de acompanhar os progressos do século. Restam no Brasil, na educação, as aulas régias para a formação mínima dos que iriam ser educados na Europa.

Já a segunda fase ocorreu com a reforma dos Estudos Maiores com a Lei de 6 de novembro de 1772 e a partir disso houveram estudos específicos na Universidade de Coimbra. Ocorreu também a primeira atualização dos estudos menores visando garantir seu êxito. “Donde se depreende que os anos de 1759 e 1772 firmaram-se na historiografia como os dois momentos da mesma reforma dos Estudos, os quais efetivaram a implantação de um novo sistema escolar, o sistema das Aulas Régias” (CARDOSO, 2011, p.182).

O processo foi demorado, pois desde o alvará até o início das aulas aconteceram vários imprevistos, como a falta de atendimento por parte do governo, a falta de articulação entre os Diretores de Estudos, que eram responsáveis pela fiscalização das aulas e do comportamento dos mestres e alunos, a falta de recursos financeiros para suprir as necessidades das aulas nos estudos menores, sendo, que as “Escolas Menores, e de Primeiros Estudos, correspondia ao ensino primário e ao ensino secundário, sem distinção. Depois de concluídos os Estudos Menores, o estudante habilitava-se a cursar os Estudos Maiores” (CARDOSO, 2011, p.182).

Estudos Menores, inicialmente trata-se dos estudos primários e secundários como preparação para a Universidade, onde também houveram reformas, com o aumento de mais algumas cadeiras nos cursos, numa tentativa de preparar melhor as pessoas para atuarem nessa nova sociedade que estava sendo reconstituída.

4.1 OS DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DAS AULAS RÉGIAS NO BRASIL

“No Brasil o processo de implantação das reformas pombalinas iniciou-se logo após a aprovação do Alvará de 1759 com os concursos realizados na Bahia para as cadeiras de latim e retórica e a nomeação dos primeiros professores régios de Pernambuco”. (SAVIANI, 2011, p.107).

O processo de desenvolvimento das aulas régias deu-se de forma muito lenta, primeiro pela falta de reposição do subsídio Literário, resistências encontradas com a falta de repasse dos recursos financeiros. Também o objetivo das aulas nas reformas pombalinas era instruir a população para ser útil ao Estado e substituir a função de servir aos interesses eclesiásticos.

Seguindo nesta direção, com uma intensiva, o Estado português assume definitivamente o controle da educação colonial. A criação da figura do Diretor Geral dos estudos deixa bem clara, no mesmo “Alvará”, a intenção da coroa de uniformizar a educação na colônia e fiscalizar a ação dos professores desde já por ela nomeados, do material didático por eles utilizados e também devidamente “recomendado” no mesmo documento de modo que não houvesse choque de interesses isto é, que não houvesse nenhum outro poder, como o dos jesuítas. (SECO; AMARAL, p.8, s/d).

As aulas régias eram sinônimo de escola, que por sua vez se identificavam com determinadas cadeiras, funcionando, em regra, na casa dos próprios professores. Daí as expressões “aulas de primeiras letras”, “aulas de Latim”, “de grego”, “de filosofia”. Eram aulas avulsas, portanto, os alunos podiam frequentar umas ou outras indiferentemente, pois, além de avulsas, eram isoladas, isto é, sem articulação entre si.

De acordo com Cardoso (2011, p.182), a palavra *regio* é ambígua, já que se refere à figura do monarca, “representa também o avanço que o termo traz, pela contraposição à tradição de ensino por parte da Igreja. Nesse caso, as Aulas Régias significavam as aulas que pertenciam ao Estado e que não pertenciam à Igreja”.

Nisso, o objetivo das aulas era de instruir as pessoas para que através dessa e de outras ideias iluministas que se desencadeariam com as reformas pombalinas, aumentar o poder do Estado que impedia qualquer tentativa de contraposição às suas reformas. Com isso acreditava-se que o reino de Portugal sairia da dependência da Europa. Essas aulas eram rigorosamente fiscalizadas pelo Diretor de Estudos, escolhido pela Real Mesa Censória que deveria emitir relatórios sobre o funcionamento das aulas e das pessoas que faziam parte.

A demora no início das aulas era grande, pois era preciso uma gama de articulações do Estado para que os professores escolhidos nos concursos fossem efetivados, além de que esses professores deveriam trabalhar em suas próprias casas, ou espaços em que se identificassem, as

despesas eram do seu próprio bolso, pois o pagamento destes era muito pouco além de atrasar muito.

O primeiro concurso para professores públicos realizado no Brasil foi em Recife, a 20 de março de 1760. No mesmo ano, em 7 de maio, realizaram-se os primeiros exames para professores régios de Gramática Latina no Rio de Janeiro. Entretanto, em 1765 não havia ainda sido nomeado nenhum professor público no Brasil, embora os concursos já houvessem sido realizados (CARDOSO, 2011, p.183).

Esses concursos eram exames realizados pelos diretores de estudo, que usavam instrumentos rigorosos de seleção, mas no Rio de Janeiro somente após 15 anos do concurso é que iniciaram-se as aulas régias, com o professor régio Francisco Rodrigues Xavier Prates – presbítero secular à qual compareceram várias autoridades.

A aula foi de Filosofia Racional e Moral, em 28 de junho de 1774, quando foi implantado o ensino público no Reino Português. Começam a surgir as primeiras aulas régias, para obter-se experiência do novo modelo. Mas como as dificuldades eram muitas e esse modelo não era disponibilizado para toda a população, pois o ensino jesuítico era destinado para as camadas mais pobres, as aulas régias diferentemente favorecia apenas aqueles que provavelmente continuariam seus estudos na Universidade posteriormente. Lembrando que as aulas régias eram apenas uma das iniciativas de modernização no reino de Portugal, enquanto isso estavam acontecendo reformas em vários outros setores da Coroa e isso acabava provocando o descaso do ensino público no Brasil.

Com o descaso e abandono do ensino público por parte do Estado, crescia o ensino particular, numa tentativa de suprir o ensino público que sempre foi defasado, isso não em forma de concorrência, mas de necessidade mesmo, como afirma Cardoso (2011, p.183):

No Brasil em geral, havia um incentivo do Estado para a proliferação do ensino particular, tanto no período em que ainda era América Portuguesa ou já como país independente, durante o império. Traduzia-se essa política por diferentes meios, como, por exemplo, o descaso e a omissão quanto aos assuntos da educação pública, a necessidade de dividir a tarefa com a sociedade, a prática das subscrições populares para arrecadar fundos, o incentivo e a parceria com as sociedades e associações voltadas para a promoção da instrução.

A lei de 6 de novembro de 1772 ordenou efetivamente o estabelecimento nas principais cidades do país, das aulas Régias de primeiras letras, de Gramática Latina e de Língua Grega, fundando novas escolas de Estudos Menores. Todas essas inovações propostas não representaram um grande avanço, mesmo que tenham sido exigidos novos métodos a serem trabalhados nestas instituições, assim,

Quem tinha condições de cursar o ensino superior enfrentava os perigos das viagens, para frequentar a Universidade de Coimbra ou outros centros europeus. Como as

“reformas pombalinas” visavam transformar Portugal numa metrópole como a Inglaterra, a elite masculina deveria buscar respaldo fora, para poder servir melhor na sua função de articuladora dos interesses da comanda dominante (SECO; AMARAL, s/d, p.9).

Entre a educação pública e particular não existia uma concorrência, pois a respeito da educação pública sempre existiu um descaso e falta de preocupação por parte do governo, não suprimindo assim as necessidades da educação para a população, a escola particular entra como protagonista, ou seja, como solução para a população.

Professores concursados, mas não empessados, falta dos livros recomendados pelo Alvará de 1759, disputas políticas, enfim, os obstáculos para que as Aulas Régias se efetivassem na prática foram tantos, que em 4 de junho de 1771 um novo alvará passava para a Real Mesa Censória toda a administração e direção dos Estudos das Escolas Menores do Reino e seus domínios, extinguindo a Direção-Geral dos Estudos e marcando o início da segunda fase da Reforma dos Estudos (CARDOSO, 2011, p.184).

O governo admitia o fracasso na implantação da primeira fase do sistema de ensino e se propunha, com a lei de 6 de novembro de 1772, a promover correções no sentido de incrementar a oferta escolar. Foram três os objetivos principais dessa segunda fase, os quais traduziam as preocupações centrais do governo pombalino. O primeiro deles seria o esforço em reformar os Estudos Maiores, substituindo os antigos Estatutos da Universidade de Coimbra, elaborados pelos jesuítas, por um novo Estatuto mais adequado ao moderno espírito científico, e redigido por intelectuais filiados ao pensamento ilustrado. O segundo objetivo pretendido se traduz através da criação de um imposto específico, o do Subsídio Literário, lançado em 10 de novembro de 1772, para financiar as reformas então em andamento no campo da educação, principalmente aquelas relacionadas aos Estudos Menores.

Para uma melhor identificação das aulas na colônia portuguesa as autoridades pertencentes ao rei deveriam realizar um levantamento da quantidade de aulas em todo o território brasileiro e português sobre como estavam funcionando. Desta maneira,

[...] para elaboração da lei de 6 de novembro de 1772, o rei nomeou “corógrafos peritos”, ou seja, especialistas no estudo ou descrição geográfica de uma determinada região, e o resultado do trabalho que elaboraram vinha em anexo à citada lei, o “Mapa dos professores e Mestres das Escolas Menores e das terras em que se acham estabelecidas as suas aulas e escolas neste reino de Portugal, e seus domínios”, que facilita a leitura dos dados referentes às Aulas, com a localização das mesmas em todo o reino e seus domínios (CARDOSO, 2011, p.185).

Essa divisão serviu para distribuir as aulas para o reino de Portugal. Já no Brasil ficaram distribuídas entre: Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Mariana, São Paulo, Vila Rica, S. João del Rei, Pará e Maranhão. As aulas eram de ler, escrever e contar, Latim, Grego, Retórica e Filosofia, no total foram 44 aulas Régias distribuídas para o Brasil. Com o passar dos anos com

as mudanças na sociedade e a criação de constituição, mesmo assim o sistema de aulas régias implantado não foi muito modificado.

A alteração desse sistema ocorreu com a lei de 12 de agosto de 1834, que o substituiu por outro sistema de ensino. Caracterizado pela descentralização, “dessa forma o poder central limitava-se a promover a educação no Município Neutro e a educação superior” (SUCUPIRA, 1996 apud CARDOSO, 2011).

Ficando assim instituído que cada província estava responsável pelo ensino público dos estudos menores e maiores, elaborando suas especificidades pois com o passar dos anos foram surgindo novas aulas régias e sendo introduzidas no ensino. Dentre as características das Aulas Régias destacam-se as seguintes: as aulas eram uma unidade em que cada aula representava uma cadeira, ou seja, uma aula de primeiras letras, os alunos podiam frequentar a aula que quisesse mesmo não havendo articulação entre as mesmas.

Eram chamados de mestres aqueles que ensinavam as aulas de primeiras letras e de professores os que eram responsáveis pelas demais cadeiras, sendo as aulas em suas próprias casas até 1870, que foram construídos os primeiros edifícios escolares e o primeiro deles no Rio de Janeiro.

O processo de seleção dos professores era feito somente através de concursos públicos, em geral pelos seguintes motivos: morte ou afastamento do professor que ocupava a cadeira, ou afastamento por aposentadoria. Publicava-se um edital no lugar onde haveria o exame e o professor nomeado escolhia o lugar em que pretendia ocupar, não havia a transferência de lugar, só em casos excepcionais. De início os concursos não exigiam a idade mínima para os candidatos, mas após “a decisão de 10 de dezembro, de 1830, quando o governo declarou de maneira clara que os menores de 25 anos não poderiam ser nomeados professores de primeiras letras (CARDOSO, 2011, p.188).

Para lecionar nas aulas régias não era exigido no momento dos exames de ensino público ou particular, nenhum diploma ou comprovante de habilitação para o cargo pretendido, somente um exame de Gramática e outro de matemática. No alvará de 1759, El-rei, estabelece que os professores terão privilégio de nobres. O fato de se tornarem professores, dava-lhes status, como fazer parte da nobreza, trazia vantagens na ascensão social, isenção de determinados impostos, a exclusão de penas infames, o privilégio de não ir preso e etc. isso representava uma oportunidade única de ascensão social.

Com isso, os professores públicos tinham a obrigação de cumprir os compromissos: financiar o ofício, isto é, a escola era em sua própria casa e também a compra do material didático; levar as crianças à missa dominical pelo menos uma vez ao mês; promover a educação cívica; como também tinha a função de arcar com as despesas coerentes ao seu treinamento (CARDOSO, 2011, p. 189).

O salário dos professores era baixo, quando havia aumento não era destinado à todos ao mesmo tempo, muitas vezes demorava até anos pra efetuarem o pagamento. Circunstâncias estas que pré-anunciavam um processo de precarização do trabalho docente desde essa época já a avaliação do desempenho dos professores detinha-se apenas em observar o seu comportamento e conduta pessoal. Neste caso era feita pelo pároco ou chefe de polícia e aos pais dos alunos, eram as principais fontes de informação de que dispunha o poder do estado representado pela Real Mesa Censória.

Contudo, foi com a morte de Dom José I, em 1777, que a sua filha, Dona Maria I pode herdar o trono. “Pombal foi demitido e caiu em desgraça, tendo sido julgado e condenado, em 1781, à pena de desterro para vinte léguas (110 quilômetros) de distância da corte, vindo a falecer em 8 de agosto de 1782” (SAVIANI, 2011, p.105).

O reinado de Dona Maria provocou uma reviravolta nos projetos implantados por Pombal para o crescimento econômico do reino e provocou o afastamento de Portugal dos demais países da Europa, provocou também o movimento chamado de “viradeira de Dona Maria” que findava o período pombalino e inicia-se uma revanche por parte da nobreza contra a burguesia. Mas as reformas pombalinas continuaram em curso, com o processo de implantação das aulas régias e a mudança das aulas de primeiras letras que passaram a ser chamadas de “aulas de ler, escrever, contar e catecismo”.

Assim, a rainha contava com o apoio do clero, interviu ao favorecer as classes régias de leitura e escrita em detrimento do ensino secundário. Os reformadores pombalinos possuíam o aspecto técnico da aprendizagem de saberes e do saber fazer, enquanto Dona Maria I reforça o aspecto moral, ou seja, a transmissão de normas religiosas e de regras de conduta.

Se por um lado a vertente utilizada por pelo Marquês de Pombal, orientou-se pelas mesmas diretrizes norteadoras do pensamento de Ribeiro Sanches: para reerguer a nação exigia-se a formação intelectual de uma elite específica preparada para substituir o clero em sua ação de nortear a instrução dos demais e trabalhar para as transformações de que o reino necessitava para adentrar no mundo moderno acompanhando as correntes iluministas da Europa.

5 CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS ENTRE OS ESTRANGEIRADOS QUE SUBSIDIARAM AS REFORMAS POMBALINAS

A compreensão sobre as reformas pombalinas, suas convergências e divergências necessitam do diálogo com os autores que discutiam essa temática dentre eles destacam-se Luís Antônio Verney e Antônio Nunes Ribeiro Sanches. Estes por sua vez são denominados como estrangeirados. O subsídio teórico sobre as ideias e as propostas dos autores teve como referência alguns comentadores como Carlota Boto (1996, p.2), a autora diz que:

De um certo modo teria havido diferentes níveis de apropriação mental das ideias que circulavam pela Europa naqueles tempos enciclopedistas. No caso dos mais destacados iluministas portugueses, o reconhecimento dessa confluência de pensamentos partilhados chega a ser assumido. Desse modo, o atributo de estrangeirado aplica-se tanto a D. Luís da Cunha, quanto a Verney ou Ribeiro Sanches, coincidindo, curiosamente, com matrizes intelectuais que marcaram presença pelo efeito irradiador que obtiveram quanto a análises e sugestões para o reerguimento da pátria decadente.

Aqui destacaremos algumas considerações de Luís Antônio Verney (nascimento e morte) e Antônio Nunes Ribeiro Sanches acerca da acepção do iluminismo na Europa e em especial no reino de Portugal no século XVIII, no que convergem e divergem em se tratando da forma da educação na época em sua distribuição quanto ao lugar social em que as pessoas estão inseridas.

A complexidade de que dispõe as reformas acerca da educação e suas formas de modelar o homem com essa visão inovadora, se perpetuará durante os séculos seguintes, com as novas gerações iluminadas. “A versão escolar do rastro iluminista em Portugal fornece, em nosso entender, indícios fundamentais para reconstruir as apropriações mentais e a desenvolvimento das ideias sobre o homem português no período em pauta” (BOTO, 1996, p.2). Essa ideia de entendimento das relações sociais entre os súditos daquele reino de Portugal comparando-se com sociedades mais evoluídas para aquele período começam a despertar muitas inquietações em determinados grupos desenvolvidos que mesmo sendo martirizados pretendiam alavancar com sugestões modernizadoras.

Dom Luís da Cunha escreveu um testamento entre 1747 e 1749 para o então herdeiro D. José I pautando o problema da decadência do reino:

É constante que não se pode curar algum enfermo sem que o prudente médico observe o seu aspecto, considerando os sintomas, a conformação do seu corpo, a constituição dos seus humores, as suas forças e tome todas as mais indicações para vir, tanto quanto puder ser, no conhecimento da causa do mal que o aflinge, isto não só para remediar a sua queixa, mais para prevenir o de que pode estar ameaçando. Se o médico examinar o aspecto e conformação de Portugal, verá logo que o seu primeiro mal é a estreiteza dos seus limites, mal digo, incurável, sem nos podermos queixar da

providência que assim o permitiu, de que resulta o seu mal, que é debilidade das nossas forças à proporção das dos seus vizinhos (BOTO, 1996, p.3).

Essa perspectiva analítica sobre a questão populacional, e decadência do reino é uma referência para as relações de poder e o Estado absolutista, tendo em vista que o conhecimento poderia ser considerado uma “arma de libertação” da população. Preocupado em povoar o Brasil, Dom Luis da Cunha visava isso sem despovoar a metrópole, argumentando a necessidade de limitar o número de religiosos e aumentar o índice de casamentos.

As reformas educacionais, populacionais sempre eram utilizadas como estratégicas para manutenção do poder, ou seja, a manipulação das massas e um número cada vez maior de súditos constituíam condições imprescindíveis para manutenção do absolutismo.

Convergindo com Cunha, o problema demográfico também preocupa Ribeiro Sanches⁵. O médico enciclopedista que julgará a questão pedagógica do ponto de vista do que prescrevia como “medicina social” a ser aplicada. Em suas palavras “todos sabem que a mais sólida base de um poderoso Estado consiste na multidão dos súditos e no seu aumento, e que desta origem resultam as suas forças, poder, grandeza e majestade” (SANCHES, 1996, p.155). Preocupado em recuperar o reino português daquela era de decadência, o pensamento de Ribeiro Sanches procurará conceber o engendramento de transformações estruturais e subjetivas mediante a arquitetura de um estado pedagogo. Na verdade, havia que se recriar o estado-nação, extirpando os males que ocasionavam sua degenerescência. Na mesma trilha de D. Luís da Cunha, Ribeiro Sanches estabelecerá severas críticas às obsoletas e excessivas prerrogativas do clero. “Nesse sentido, a Companhia de Jesus é apresentada como um Estado à margem do Estado, tendo ainda, por agravante, o controle estratégico sobre a formação da mocidade” (BOTO, 1996, p. 5).

O vetor pedagógico do pensamento de Ribeiro Sanches, expresso em suas cartas sobre a educação da mocidade, datadas de 1760, centra-se sobre a organização de uma rede de escolas dirigidas pelo estado, nesse período imediatamente subsequente à primeira reforma pombalina do ensino. (BOTO, 1996 p. 6)

Nesse interim, é perceptível a relação Estado e Educação é notória e constitui uma manipulação de poder, e um enfraquecimento do processo de inserção da igreja, especificamente dos jesuítas.

⁵ António Nunes Ribeiro Sanches – Médico, filósofo e pedagogo (1699-1783). Intelectual português que exerceu a sua atividade no estrangeirado. Tendo firme e generoso propósito de intervir na reforma da cultura filosófica e científica de Portugal. Suas obras influenciaram a redação dos Estatutos da Universidade de Coimbra (1772). Tendo um denominador comum às duas obras: a laicização do ensino e da sociedade em geral, a par da espiritualização da ação da Igreja, objetivo onde se lê, com clareza, adequação dos modelos pedagógicos. INSTITUTO CAMÕES. **António Nunes Ribeiro Sanches**. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/filosofia/ilu10.html>>. Acesso em 12 de junho de 2019.

Tendo em vista novos quadros mentais a regerem o universo material dos tempos modernos, o autor verifica a inadequação dos modelos pedagógicos até então predominantes na nação portuguesa. A esse propósito, sem mais volteios, ele declara:

[...] nenhuma coisa faz os homens mais humanos e mais dóceis do que o interesse: o comércio traz consigo a justiça, a ordem e a liberdade; e estes eram os meios, e o são ainda, de conservar as conquistas que temos. A agricultura e comércio são as mais indissolúveis forças para sustentar e conservar o conquistado, mas essa vida de lavradores, de oficiais, de mercadores, de marinheiros e soldados não se conserva com privilégios dos fidalgos, com imunidades e jurisdição civil dos eclesiásticos, com escravidão e com intolerância civil. Não se conserva com educação de saber ler e escrever, as quatro regras de aritmética, latim e língua pátria, e por toda a ciência o catecismo da doutrina cristã. Não se conserva com o ócio, dissolução, montar a cavalo, jogar a espada preta e ir à caça. É necessária já outra educação porque o Estado tem maior necessidade de súditos instruídos em outros conhecimentos: já não necessita em todos eles aquele ânimo altivo guerreiro, aspirando sempre a ser nobre e distinguindo, até chegar a ser cavaleiro ou eclesiástico (SANCHES, s/d, p.116, apud BOTO 1996, p.6).

A educação seria fundamentalmente o caminho correto para se perpetuarem as tradições e costumes, preparando os súditos para servirem ao Estado conhecendo as leis e os costumes do Estado segundo os estrangeirados. A questão de legitimar e perpetuar as tradições pela educação, trata-se também da perpetuação dos “lugares sociais” destinados a cada súdito daquele reino.

Para Sanches a educação pública não poderia ser ligada à democratização da sociedade, isto é, “nunca sairá do pensamento formar um súdito obediente e diligente a cumprir as suas obrigações e um cristão resignado a imitar sempre do modo que alcançamos aquelas imensas ações de bondade e de misericórdia” (BOTO, 1996, p.6).

Na forma de conceber a educação dos jesuítas, a educação da mocidade seria repassar a cultura de seus pais para assim conseguirem ser útil ao Estado respeitando os costumes. Mas somente a ação dos jesuítas não era suficiente para ordenar tudo isso, pois era preciso existir leis e regras para os que se destinassem a servir, e punições aos que desobedecessem às regras.

Em relação a educação e o trabalho para os plebeus, afirma que “o rapaz de doze ou quinze anos que chegou a saber escrever uma carta não quererá ganhar sua vida a trazer uma ovelha cansada as costas, a roçar pela manhã até a noite, nem a cavar” (SANCHES, s/d. (a), p.127 apud BOTO, 1996, p.7). Na visão de Sanches, a educação deveria ser destinada apenas à uma parte da população, sendo assim deveriam ficar de fora aqueles que seu papel seria de desempenhar trabalhos manuais, para que houvesse um equilíbrio econômico necessário a organização da sociedade. Com isso o Estado deveria garantir o trabalho aos jovens plebeus.

Sanches projetou uma escola de modo que a vida civil era a prioridade na formação do estudante:

Recomenda-se para a eficácia da prática pedagógica, a utilização de “compêndio impresso em Português, onde se incluísem os princípios da vida civil de um modo tão claro, que fosse a doutrina compreendida por aquela idade. No mesmo compêndio queria eu que estivessem escritas as obrigações com que nascemos: como devemos amar a Deus; como somos obrigados a honrar nossos pais e a quem tem o seu lugar, que temos a mesma obrigação de respeitar os mais velhos; que devemos ser amigos fiéis, guarda-lhes segredo, palavra, cuidar do seu bem como do nosso próprio; e como nós amamos naturalmente a nossa pátria, assim devemos ser-lhes fiéis, cuidar em tudo de seu bem, que é o nosso; e como el-rei é a cabeça dela, que a este (como a nosso primeiro pai na terra) devemos respeitar e honrar (SANCHES, s/d. (a), p.133-5 apud BOTO, 1996, p.8).

Deste modo, o modelo pedagógico de Sanches apresentava uma relação estreita entre a formação do homem civil com a de cristão, sendo assim, o ensino proposto não pode ser entendido como laico, isto é, sem intervenção religiosa.

Outro intelectualista iluminista responsável por atualizar as reformas pombalinas foi Verney⁶, responsável por escrever cartas que compõem o “Verdadeiro Método de Estudar”. Este estrangeirado acreditava que a forma como os jesuítas desenvolviam o ensino em Portugal e sua colônia estava estagnada e deveria seguir padrões novos de ensino. Então Verney desenvolveu algumas cartas tratando da forma como deveria ser modificado o ensino, e com o passar dos anos suas cartas serviram para fundamentar as reformas pombalinas mais adiante.

A obra apresenta as relações da formação de homens para a vida civil e para a religião. O ‘Verdadeiro Método de Estudar’ “demarca-se o território do discurso pedagógico, pontuando a diferença em relação à metodologia do ensino jesuítico que priorizava, desde o princípio do aprendizado, o latim como linguagem fundadora” (BOTO, 1996, p.10). Verney buscou resgatar a língua materna: português, constituindo o princípio dos estudos de gramática, também inova ao abordar os temas relacionados à retórica.

Na 11ª carta, Verney aborda o tema da ética justificando-o a partir da necessidade de proceder à distinção entre virtude e vício. Durante muito tempo, a nobreza foi considerada hereditária. Ao se contrapor a essa prática, o iluminista recorda que ser filho de homem ilustre não equivale por si a se tornar ilustre, a não ser que tenha havido, no caso, um processo educativo de transmissão da honra. De outro modo, a virtude não pode ser decalcada da hereditariedade; não se transmite a lisura pelo sangue. Postula-se então, que a criança se assemelharia a uma tábua rasa, sujeita ao meio e a educação (VERNEY, s/d, p.196-7 apud BOTO, 1996 p.12).

Segundo Verney, a verdadeira nobreza estaria incumbida pelo talento e não pelo título, cargo ou sangue. Inclusive, este estrangeirado defendia a ideia de que a educação deveria ser

⁶ Luis Antônio Verney (1718-1792) português intelectual iluminista que insatisfeito com o ensino então ministrado nas escolas da Companhia de Jesus, tendo a intenção de reformar o ensino e a mentalidade cultural em Portugal, podendo considerar-se a publicação do seu Verdadeiro Método de Estudar (1746), tanto pelo conteúdo como pela polêmica gerada, como um dos mais dinâmicos fatores de sistematização do ideário iluminista entre nós.

INSTITUTO CAMÕES. Luis Antônio Verney. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/filosofia/ilu5.html>>. Acesso em 20 de junho de 2019.

universalizada, ou seja, abrangida para todos os cidadãos do reino e suas colônias, pois mostrava-se muito dividida e hierarquizada.

Este intelectual defende também a universalização do ensino sendo aplicada também à classe feminina, pois a primeira educação advém de casa, e nesse caso a mulher seria a percussora desse ensino nos lares. Segundo Verney:

No caso das mulheres o ensino pode formar os costumes, dando belíssimos ditames para a vida; e uma mulher que tem alguma notícia deles pode, nas horas ociosas, empregar-se em coisa útil e honesta, no mesmo tempo em que outras se empregam em levandades repreensíveis. Muito mais porque não acho texto algum da lei, ou sagrado ou profano, que obrigue as mulheres a serem tolas e não saberem falar (VERNEY, s/d, p.216 apud BOTO 1996, p.13).

Diante dos argumentos desses dois estrangeirados sobre as mudanças que deveriam ser impostas no reino de Portugal para a “modernização” das relações sociais e da educação da mocidade, tratando-se da forma de conceber o ensino e das mudanças estruturais e ideológicas que precisavam ser implementadas no reino, suas obras tiveram importante influência sobre a ação do Marquês ao criar e desenvolver suas reformas na educação. Entendemos que o Marquês de Pombal além de usar-se de seus conhecimentos adquiridos em suas viagens pela Europa como a apropriação do Despotismo Esclarecido, para introduzir as ideias iluministas em seu reino, também foi fortemente influenciado pelas obras destes estrangeirados implantando as reformas que radicalizaram os métodos de ensino no reino português e suas colônias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das transformações ocorridas no século XVIII com as revoluções burguesas e a ascensão do iluminismo, as nações consideradas “mais avançadas” incorporavam novos métodos de pensamentos, era o contexto denominado “libertação através das luzes da razão”. Nesse ínterim, a exclusão dos métodos religiosos que aniquilavam o poder do Estado uniformizando as relações à respeito da instrução, através da catequização, fundamentada na religião e propagada pelos chamados jesuítas que cumpriam com grande fervor suas missões em vários países, mas em especial no reino de Portugal e suas colônias constituía o contraponto da revolução moderna.

As atividades desenvolvidas pelo ensino jesuítico em Portugal e no Brasil de início foram de extrema importância pois antes dessa ação, a população de Portugal e do Brasil, sendo estes a classe trabalhadora, não recebiam nenhum tipo de educação por parte do Estado e a companhia de Jesus com suas missões, desenvolveram durante certo tempo essa ação catequizando, ensinando a rotina dos trabalhos que deveriam desenvolver para o crescimento do reino. Foi uma grande missão que se alastrou por vários lugares e atingiu muitas pessoas. Apesar de contribuir com essa educação, os jesuítas manipulavam os indígenas impondo-lhes a catequese sem levar em consideração sua cultura. Contrariando essas concepções o Marquês de Pombal e seus idealizadores acreditavam que a ação dos jesuítas ultrapassava os limites de apenas catequizar e ensinar a ler e escrever. Constituíam-se de aquisição de poderes influenciadores sobre as pessoas por eles instruídas e enriquecimento por apropriação de terras e poderes econômicos diversos.

O poder de influência sobre os povos indígenas, os mais pobres, e os escravizados foi imensurável. A igreja, especificamente a Católica possuíam muitas terras e disputavam o poder com a nobreza sobre os súditos. Com as ideias iluministas explodindo em toda a Europa e mundo afora, muitos estrangeiros estudavam as situações dos reinos aos quais pertenciam e, portanto, no reino de Portugal não foi diferente. O rei D. João V, foi o mais formalista e devoto de todos os monarcas em Portugal, defendia a ação dos jesuítas e obedecia aos ditames da igreja. Era demasiadamente vaidoso e gastava horrores de dinheiro com festas e produtos luxuosos para a nobreza em geral.

A luxúria e a aliança Estado-Igreja torna-se insustentável, sendo assim, o reino estava caindo em uma profunda crise econômica, política, social e educacional. Dependia financeiramente de outros países da Europa em especial da Inglaterra por ter feito tratados com seus representantes, mas que faziam com que o reino nunca avançasse economicamente. Nesse

período, os chamados estrangeirados já estudavam e pesquisavam à respeito da situação decadente de Portugal na época do século XVIII, e procuravam formas de estabelecer mecanismos para modificar aquela situação.

Em 1749 morre o rei D. João V e vem a ascensão o rei D. José I. Portugal sofre um terrível terremoto e a situação fica mais avassaladora, daí que entra em cena a figura de maior importância para a “modernização” do reino de Portugal ou a pessoa que provocaria uma reforma total em vários setores do reino e suas colônias, Sebastião José de Carvalho e Mello, nomeado por D. José I como ministro marquês de Pombal.

Na concepção de intelectuais da época que inspiraram o Marquês de Pombal, a educação seria o caminho certo para começar a mudança que o reino de Portugal precisava para avançar em todos os sentidos como afirma Castilho (1993). A burguesia precisa instalar-se em todos os lugares, acomodar-se em todos os lugares, estabelecer conexões em todos os lugares. E no reino de Portugal não foi diferente, pois Portugal precisava aderir essas novas demandas da sociedade em uma tentativa de sair daquela era de decadência que estava passando.

É nessa perspectiva que entra a modernização atuando em todas as áreas da sociedade, com os meios de produção, a política, economia e principalmente a cultura da população. Nesse processo, os argumentos de Giddens, (1991) sobre a modernidade denotam que esta não pode ser considerada pelo seu impacto global, mas também pelo seu caráter dinâmico capaz de impor mudanças radicais sobre os valores tradicionais. Mas os valores tradicionais, ou seja, já existentes na sociedade, na cultura do povo, tende a se perpetuar durante a História com seus rastros que se alastram de geração em geração.

Para a efetivação da modernidade de fato precisou-se impor reformas em todos os setores do reino Português, assim o Marquês iniciou suas reformas no âmbito educacional, mas provocou várias outras reformas em outros âmbitos do seu governo.

Castilho (2010), explicita que o processo de modernização atinge a dimensão social de forma específica. O despotismo esclarecido em Portugal e a posse do então ministro Sebastião José de Carvalho e Melo. Logo após tornando-se Marquês de Pombal e implantando suas reformas, constitui uma tentativa de estabelecer em Portugal reformas no âmbito educacional para fortalecer o absolutismo real. Além dos impactos educacionais as reformas têm a finalidade de reforçar o âmbito político e financeiro, já que agora exigia-se pessoas mais instruídas para uma nova sociedade.

A expulsão dos jesuítas foi o primeiro passo para remodelar a instrução pública no reino de Portugal e suas dependências, a influência sobre as pessoas por eles instruídas, configura-se como um exercício de poder. A companhia de Jesus, apesar de expressiva constituiu um

obstáculo e foi uma das dificuldades encontradas para a efetivar reforma pois o ensino jesuítico era muito marcante, deixando os indígenas e escravizados sem instrução nessa primeira fase das reformas.

É muito importante perceber por quais vias o iluminismo implantou-se no Brasil. É justamente através da política imperial de racionalização e padronização da administração de Pombal que a educação passou para as mãos do Estado, mas essa educação que passou a ser pública, não se faz para os interesses dos cidadãos. Iluminismo, racionalidade e progresso têm um significado muito diferente aos quais se deve estar atento: iluminismo no contexto da colônia brasileira, tratou-se na verdade do engrandecimento do poder do Estado e não das liberdades individuais. Dessa forma, entender o projeto do iluminismo pombalino talvez seja a chave para ajudar a perceber a tradição reformista nas tentativas de construção de um sistema nacional de educação pública realmente voltado aos interesses públicos que até hoje não se consolidou no Brasil. O Brasil perdeu com as reformas nos âmbitos, culturais, econômicos, políticos, perderam também nas questões religiosas com a expulsão dos jesuítas.

Com isto de início as reformas provocaram um certo declínio na educação do reino, pois a reforma dos estudos maiores e menores foram as primeiras, resultando assim na criação das aulas régias de primeiras letras, que ficaram à cargo do Estado sendo que esse modelo não atendia à população em geral. Os escravizados e indígenas que recebiam a instrução dos jesuítas antes das reformas ficaram à mercê, pois o período entre o início das reformas através dos Alvarás régios que determinaram a expulsão dos jesuítas e as reformas pombalinas contabilizaram mais de duas décadas. Esse período ocasiona a não consolidação no ensino de fato, sendo desestruturado, com vários impecílios para sua efetivação como, a falta de professores qualificados, a falta de materiais e espaços adequados, pois nem todos que queriam podiam ministrar as aulas que eram rigorosamente fiscalizadas pelos diretores gerais de estudos.

A forma como aconteceram essas reformas em Portugal e no Brasil acabou atropelando a cultura do povo, pois foi imposta, implementada, forçada, sem articulação entre as instituições, muitos materiais didáticos foram destruídos com a expulsão dos jesuítas, várias instituições destruídas, deixando a mocidade sem educação por algum tempo e quando foram retomados os trabalhos não abrangia a todos, mas sim apenas uma parcela da sociedade portuguesa e brasileira em geral. A contratação dos professores era de forma aleatória, pois, bastava saber ler, escrever e contar para assim atuar nas aulas, e ainda passavam muito tempo sem receber seus salários. Isso causava a fragilidade no ensino e a falta de profissionalização dos professores.

Com a morte de D. José I assume o cargo D. Maria I que provoca uma reviravolta nas reformas educacionais realizadas pelo marquês, trazendo de volta alguns jesuítas para o ensino, e estes na maioria das vezes desempregados aceitaram essas propostas trabalhando com salários baixos e as vezes até mesmo sem salários. É em 1834 com a Lei de 12 de agosto que ocorreu a descentralização do ensino e a organização dos estudos menores e maiores ficaram à cargo das assembleias legislativas provinciais, daí por diante foram sendo criadas outras aulas régias e mesmo com a criação de constituições, as reformas pombalinas se perpetuaram na educação brasileira.

Apesar da tentativa de uniformização do modelo de educação em Portugal e no Brasil tanto nos estudos menores com a criação das aulas régias no Brasil e os estudos maiores com a reforma da Universidade de Coimbra em Portugal, a diferença entre a educação da metrópole e da colônia era imensa, tanto nas questões estruturais, quanto financeiras, pois o objetivo do Estado era quantitativo, quanto mais escolas melhor na visão dos governantes, sendo que na realidade a situação educacional era defasada e, portanto, de pouco rendimento para a população Brasileira. Com isso de fato houve uma tentativa de “modernização” da educação do reino de Portugal e sua colônia o Brasil, mas essa por certo em alguns lugares como o Brasil deixou a desejar em muitos pontos, o que causou um certo retrocesso do sistema educacional que era desenvolvido pelos jesuítas em suas missões. Diante da forma como a educação era vista e empregada nessa tentativa de modernização do reino de Portugal e no Brasil, fazendo relação com a educação atual, podemos perceber que o Estado sempre visou instruir apenas uma parcela da população, com projetos que beneficiam mais a elite do que a classe trabalhadora, apesar de que existem documentos oficiais que determinem a universalização da educação e a qualidade no ensino.

REFERÊNCIAS

- BOTO, Carlota. **Iluminismo e educação em Portugal: o legado do século XVIII ao XIX.** Revista da Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, v.22, n. 1, p. 169-191, 1996.
- CARDOSO, Tereza Fachada Levy. As aulas régias no Brasil. IN: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara. **Histórias e memórias da educação no Brasil: séculos XVI-XVIII.** Vol.1. 5. Ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2011. P. 179-191.
- CASASSUS, Juan. **Modernidade educativa e modernização educacional.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 87, p. 5-12, nov., 1993.
- CASTILHO, Denis. **Os sentidos da modernização.** In: Boletim Goiano de Geografia. Vol.30, n.2, jul./dez. Goiânia: IESA/UFG, 2010.
- FALCON, F. J. C. A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada. 2.ed. São Paulo: Ática, 1993.
- FRANCO, Sandra Aparecida Pires. **Reformas pombalinas e o iluminismo em Portugal.** Fênix – Revista de História e Estudos Culturais. v. 4. Out./Dez. 2007. Disponível em: <www.revistafenix.pro.br>.
- MACIEL, Lizete Shizue Bormura; NETO, Alexandre Shignou. **A educação brasileira no período pombalino: uma análise histórica das reformas pombalinas do ensino.** Rev. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.32, n.3, p. 465-476, set./dez. 2006.
- NETO, Francisco José da Silveira Lobo. **O iluminismo e as reformas pombalinas.** S/d. Disponível em: <http://floboneto.pro.br/_pdf/histeduc/2.05%20iluminismo.pdf>.
- NOVAIS, Fernando. **O marquês de Pombal, a história e os historiadores.** Revista população e sociedade. No.16, Cepese, Edições Afrontamento, p.31-37, 2008. Disponível em: <<http://www.cepesepublicacoes.pt/portal/pt/obras/populacao-e-sociedade/revista-populacao-e-sociedade-no-16>>.
- OLIVEIRA, Natália Cristina de; BORGES, Felipe Augusto Fernandes; BORTOLOSSI, Cíntia Maria Bogo; MARQUES, Daniella Domingues Alvarenga; COSTA, Célio Juvenal. **Marquês de Pombal e a expulsão dos jesuítas: uma leitura do iluminismo português do século XVIII.** Revista HISTEDBR (online), Campinas, v. 7, n.27, p.1-18, set. 2007.
- RIBEIRO, Renato Janine. **A etiqueta no Antigo Regime: do sangue à doce vida.** Col. Tudo é História. 2 Ed. São Paulo, Brasiliense, 1987, p.7-20.
- SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** 3. ed. rev.1. reimpr. Campinas, SP: Autores associados, 2011.
- SECO, Ana Paula; AMARAL, Tânia Conceição Iglesias do. **Marquês de Pombal e a reforma educacional brasileira.** Revista HISTEDBR (online), Campinas. s/d. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_pombalino.html>. Acesso em 10 de junho de 2019.
- NETO, Alexandre Shigunov, BORMURA, Lizete Shizue Maciel. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro; algumas discussões. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n31/n31a11.pdf>

ANEXOS

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIDADE DE DISSERTAÇÃO, TESE, TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO, ESPECIALIZAÇÃO OU MEMORIAL ACADÊMICO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (RIUFAL)

Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, autorizo ao Repositório Institucional da Universidade Federal de Alagoas (RIUFAL) a disponibilizar, através do site <http://www.repositorio.ufal.br>, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei n. 9610/98, o texto integral da obra abaixo citada, conforme permissões assinaladas, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção de científica brasileira, a partir desta data.

1 Identificação do material bibliográfico

	Dissertação + Produto Educacional
	Dissertação
	Tese
X	Trabalho de Conclusão de Curso
	Especializações
	Memorial Acadêmico

2 Identificação da Dissertação, Tese, TCC, Especialização ou Memorial Acadêmico

Autor:	MARIA SUZIELLE CRISTINA DA SILVA ALVES		
Lattes			
Lattes Atualizado:	<input type="checkbox"/>	Sim	<input type="checkbox"/>
Orientador(a):	CARLA TACIANE FIGUEIREDO		
Coorientador(a):			

Membros da Banca:

1º Membro	ADRIANA DEODATO
2º Membro	RITA MARTINS DA SILVA
3º Membro	
4º Membro	
5º Membro	

Data da Defesa:	27/08/2019
Titulação: Doutor / Mestre em:	

Título da Dissertação, Tese, TCC, Especialização ou Memorial Acadêmico no idioma original:

As Reformas Pombalinas no Brasil e a Ideia de Modernização através da Educação no século XVIII.

Palavras-chave no idioma original:

Modernidade, Modernização, Marquês de Pombal, Reforma educacional

Título da Dissertação, Tese, TCC, Especialização ou Memorial Acadêmico em outro idioma (especifique):

--

Palavras-chave em outro idioma (especifique):

--

Programa de Defesa:

--

Área de conhecimento - CNPq:

--

3 Agência de Fomento:

--

4 Informação de acesso ao documento

Liberação para publicação		Total	X	Parcial
---------------------------	--	-------	---	---------

Em caso de liberação parcial, especifique os arquivos restritos:

--

A restrição (parcial ou total) poderá ser mantida por até um ano a partir da data de autorização da publicação. A extensão deste prazo requer justificativa junto ao RIUFAL. O resumo e os metadados (elementos referenciais) ficarão sempre disponibilizados.

5 Endereço do Autor para contato:

Logradouro:	RUA LOURENÇO BEZERRA DE MELLO	
Nº:19	Compl.:CASA	CEP:57490-000
Cidade:ÁGUA BRANCA		Estado:ALAGOAS
Tel.(s):82-99832-9712		
E-mail:suzielly.maria@outlook.com		
Data:23/09/2019		

MARIA SUZIELLE CRISTINA DA SILVA ALVES
--

Assinatura do Autor